

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ROBERTO LANGE RILA

**AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE
INTERESSE PÚBLICO (OSCIPs) E A CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

**FLORIANÓPOLIS
2004**

ROBERTO LANGE RILA

AS OSCIPS E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Trabalho de Conclusão de Estágio apresentado à disciplina Estágio Supervisionado – CAD 5236, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração no Terceiro Setor

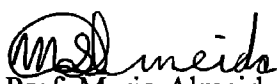
Professor Orientador: Pedro Carlos Schenini

FLORIANÓPOLIS
2004

ROBERTO LANGE RILA

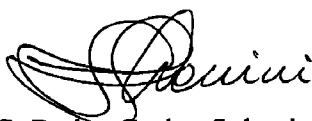
AS OSCIPS E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Este Trabalho de Conclusão de Estágio foi julgado adequado e aprovado em sua forma final pela Coordenadoria de Estágios do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, em 26 de novembro de 2004



Prof. Mario Almeida
Coordenador de Estágios

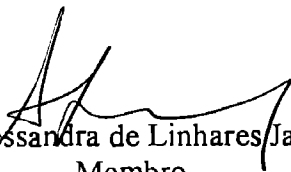
Apresentada à Banca Examinadora integrada pelos professores:



Prof.º. Pedro Carlos Schenini
Orientador



Prof.ª. Beatriz Maria Cambraia Rocca
Membro



Prof.ª. Alessandra de Linhares Jacobsen
Membro

Dedico este trabalho a minha querida "vó Norma", que por vontade de Deus não está mais entre nós, pessoa muito importante na minha criação e formação de meu caráter. A pessoa mais bondosa e gentil que conheci na vida.

Agradeço primeiramente a DEUS, pois sem Ele, não estaríamos aqui hoje. Agradeço a meus pais pela boa educação que me proporcionaram, possibilitando o cumprimento desta importante etapa de minha vida. A minha querida filha Julia, pelo amor incondicional dispensado a mim, entendendo minha ausência em certos momentos. Agradeço a Fran, minha namorada pelo apoio e carinho em todos os momentos difíceis desta caminhada, sempre me incentivando e acreditando em meu potencial. A meu orientador, Pedro Schinini, que não foi somente um professor mas sim um grande amigo. Não podia deixar de lado meus amigos da Dígito, que de uma forma ou de outra sempre me apoiaram.

A todos o meu Muito Obrigado.

RESUMO

RILA, Roberto Lange. **As Oscips e a captação de recursos**. 2004. 114f. Trabalho de Conclusão de Estágio, do Curso de Graduação em Administração, do Departamento de Ciências da Administração, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis (SC).Brasil, 2004.

Este trabalho teve como objetivo geral, efetuar estudos para conhecer as OSCIPs e suas possibilidades de obtenção de recursos. Deste objetivo partiram três objetivos específicos, que foram: identificar e caracterizar ações necessárias para a criação de uma OSCIP; identificar os documentos necessários para a criação de uma OSCIP; identificar linha de crédito e fontes disponíveis de recursos para este tipo de entidade. A metodologia empregada é a pesquisa de caráter exploratório, através da análise bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. Através da análise da Lei Federal 9790/99, que é conhecida como a "nova lei do terceiro setor", e da bibliografia existente foi possível elucidar os questionamentos a cerca do assunto e cumprir com os objetivos estabelecidos, respondendo desta forma a pergunta de pesquisa que foi: o que é necessário para criar uma OSCIP quais suas possibilidades para obtenção de recursos.

Palavras-chave: Terceiro Setor, OSCIP, obtenção de recursos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 TEMA.....	9
1.2 OBJETIVOS.....	10
1.2.1 Objetivo Geral.....	10
1.2.2 Objetivos Específicos.....	10
1.3 JUSTIFICATIVA.....	11
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	11
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	15
2.1.1 Conceitos de Desenvolvimento Sustentável.....	16
2.2 TERCEIRO SETOR.....	18
2.2.1 Modalidades de Organizações que Compõem o Terceiro Setor.....	21
2.2.1.1 Associações.....	21
2.2.1.2 Cooperativas.....	22
2.2.1.2.1 Princípios do Cooperativismo.....	24
2.2.1.3 Fundações.....	25
2.2.1.4 Organizações Não Governamentais.....	26
2.2.1.5 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP	27
3 METODOLOGIA.....	30
4 OSCIP.....	31
4.1 AÇÕES NECESSÁRIAS PARA FUNDAÇÃO DE UMA OSCIP.....	37
4.1.1 Primeiro Passo: Convocação	37
4.1.2 Segundo Passo: Assembléia Geral	38
4.1.3 Terceiro Passo: Estatuto	38
4.1.4 Quarto Passo: A Posse da Diretoria	39
4.1.5 Quinto Passo: Como Proceder Para o Registro Legal.....	40
4.2 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A CRIAÇÃO DE UMA OSCIP	40
4.3 VANTAGENS E DESVANTAGENS DE SE CONSTITUIR UMA OSCIP	41
4.3.1 Vantagens	41
4.3.2 Desvantagens	42
5 IDENTIFICAÇÃO DAS LINHAS DE CRÉDITO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS	45
5.1 TERMO DE PARCERIA.....	45
5.1.1 Como ter acesso ao Termo de Parceria.....	47
5.2 O QUE É CONCURSO DE PROJETOS	47
5.3 O QUE COMPÕE O TERMO DE PARCERIA	48
5.4 EXECUÇÃO DO TERMO DE PARCERIA.....	50
5.5 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO TERMO DE PARCERIA.....	51
5.6 PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO DE PARCERIA	52
5.7 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DA OSCIP	53
5.7.1 Documentos Que Devem Ser Publicados	54
5.7.2 Orientações às OSCIPS para Elaboração do Regulamento de Aquisições de Bens e Contratação de Obras e Serviços.....	55
5.8 DIFERENÇA ENTRE O TERMO DE PARCERIA E OUTROS MÉTODOS DE REPASSE DE VERBAS PÚBLICAS.....	60
5.9 RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O FINANCIAMENTO DE PROJETOS.....	61
5.9.1 Tipos de Financiamento	61
5.9.2 Mecanismos de Apresentação de Projetos	61

5.9.3 Mecanismos de Estabelecimento de Regras e de Avaliação de Projetos..... 63
5.9.4 Documentação para Celebração de Convênios com Instituição Privada..... 63
5.9.4.1 Documentação Técnica Específica..... 64
5.9.5 Recomendações Gerais..... 65
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 67
REFERÊNCIAS..... 72
ANEXO A – Lei 9.790 75
ANEXO B – Modelo de Estatuto..... 83
ANEXO C – Modelo de Ata de Assembléia de Fundação..... 92
ANEXO D – Modelo de Solicitação de Registro..... 94
ANEXO E – Modelo de Requerimento..... 95
ANEXO F – Modelo de Termo de Parceria..... 96
ANEXO G – Modelo de Projeto 102

1 INTRODUÇÃO

As mudanças radicais que vem sofrendo o mundo atualmente, nos forçam a cada vez mais lutar por um lugar na sociedade, de maneira que possamos suprir nossas necessidades básicas de vida em toda sua amplitude: saúde, educação, segurança e lazer. E a forma que conseguimos atingir esses aspectos básicos e fundamentais da vida humana é através da capacidade, inteligência, e oportunidades que temos em conseguir acompanhar as mudanças. Com o advento da globalização e a constante degradação do meio ambiente, a humanidade vêm desenvolvendo cada vez mais uma preocupação sócio ambiental, dando importância a itens que até pouco tempo atrás não eram prioridade, como a de ter uma boa qualidade de vida.

Para obter excelência na qualidade de vida, é necessário a harmonia do ambiente, ou seja, que exista sinergia nas ações realizadas por todos, redução da degradação ambiental e econômica do planeta. Frente a problemática da crescente exaustão dos recursos com a necessidade de garantir a sobrevivência da humanidade, inúmeras tentativas de criar uma solução para o problema têm sido apresentadas. É necessário o desenvolvimento sustentável, que é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. O desenvolvimento sustentável pode ser obtido através de ações sustentáveis, sendo estas realizadas diretamente através de parcerias com OSCIPs.

O poder público, no desempenho de sua função administrativa, com relação às suas atividades básicas, tais como saúde, educação, moradia, segurança, proteção ao meio ambiente, não têm conseguido cumprir com seu papel. Neste sentido buscando-se dar

soluções aos problemas, o poder estatal tem procurado valer-se de pessoas naturais ou jurídicas, quer de natureza pública ou privada que se encarreguem da prestação de determinados serviços. Propiciando desta forma , o desenvolvimento do terceiro setor.

O terceiro setor vêm crescendo muito nos últimos anos assumindo cada vez mais algumas funções que seriam do Estado ou mesmo das empresas. A sociedade está cada vez mais preocupada em atuar nos problemas sociais, ocasionado desta forma o crescimento das Organizações Sociais Civis de Interesse Público - OSCIP.

Afim de se conhecer mais sobre o assunto explicitado até este ponto, a pergunta central para a qual se deseja resposta, é a seguinte:

O que é necessário para se criar uma OSCIP e quais suas possibilidades para obtenção de recursos?

1.1 TEMA

O tema do presente trabalho são as OSCIPs e a captação de recursos para criação e manutenção desse tipo de organização.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Efetuar estudos para conhecer as OSCIPs e suas possibilidades de obtenção de recursos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar e caracterizar ações necessárias para a criação de uma OSCIP.
- b) Identificar os documentos necessários para a criação de uma OSCIP.
- c) Identificar linhas de crédito e fontes disponíveis de recursos para este tipo de entidade.

1.3 JUSTIFICATIVA

A importância desse trabalho se justifica por ser um estudo de conclusão de graduação em Ciências da Administração, sendo um meio de verificação da aprendizagem obtida no curso, pois abrange a aplicação de todos os conhecimentos propostos no estudo das Ciências Administrativas. A realização de trabalhos dessa natureza é uma forma de dar um retorno à sociedade, do investimento que ela faz através da política tributária do país.

Com a bibliografia escassa sobre o presente assunto, este trabalho pretende esclarecer dúvidas e questionamentos sobre as OSCIPS, identificar o que é necessário para criar uma OSCIP e suas possibilidades na obtenção de recursos. Podendo ser utilizado como instrumento de apoio e consulta a interessados neste setor.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A fundamentação deste trabalho foi desenvolvida em seis capítulos, abrangendo referências que subsidiaram todo o processo de pesquisa e orientaram a compreensão e interpretação do conjunto de informações coletadas.

O primeiro capítulo é composto da exposição do assunto, no qual é abordado o tema/problema de pesquisa. Ainda neste capítulo estabelecem-se os objetivos geral e específicos, justifica-se a escolha do tema.

No segundo capítulo é feito um resgate da literatura a respeito do desenvolvimento sustentável e seus conceitos e entendimentos. Posteriormente o capítulo nos remete ao terceiro setor, exposto o resgate histórico e sua relação com o primeiro e segundo setor; apresenta suas características, suas definições e papel perante a sociedade; ressalta a heterogeneidade das organizações que compõem o terceiro setor, sendo abordadas as diversas modalidades de organizações que o compõe, com seus respectivos conceitos. São citadas as associações, cooperativas, fundações, ONGs e as OSCIPs, sendo esta uma das principais motivações do estudo, na qual é dedicado o próximo capítulo.

O capítulo três aborda a metodologia utilizada na elaboração do trabalho, o caráter da pesquisa, que no caso foi o exploratório e o tipo de abordagem empregada, a qualitativa.

O quarto capítulo aborda com detalhes as OSCIPs, seu conceito, definições, aspectos legais. É realizada uma comparação entre a legislação atual, a Lei 9790/99, e a legislação anteriormente vigente no terceiro setor. São enumerados todos os procedimentos necessários para a criação de um OSCIP, desde a convocação até os processo para o registro legal. Enumeram-se todos os documentos necessários para a criação de um a OSCIP. Ainda neste capítulo são abordadas as vantagens e desvantagens de se constituir uma OSCIP.

No capítulo de número cinco, é discutido um outro ponto importante do trabalho, as linhas de crédito e captação de recursos. É abordada a diferença entre o termo de parceria e outros métodos de repasse de verbas públicas, os tipos de financiamentos disponíveis para projetos e os mecanismos de apresentação de projetos. Em relação aos mecanismos de apresentação de projetos são abordados os seguintes itens: mecanismos de estabelecimento de regras e de avaliação de projetos; documentação para celebração de convênios com instituição privada, documentação técnica específica e por fim recomendações gerais sobre a apresentação dos projetos.

O capítulo seis apresenta as conclusões deste trabalho. Traz, também, as recomendações a serem consideradas no desenvolvimento e criação de novas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e das estratégias a serem adotadas para captação de recursos junto às empresas privadas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Ao longo dos tempos, as organizações preocupavam-se apenas com a eficiência de seus processos produtivos. Baseado na noção de mercados e recursos ilimitados, era essa a mentalidade predominante na prática da gestão empresarial até os anos 60. A mudança vem se dando na forma de agir e pensar com o crescimento da consciência ecológica, conforme Maximiano (*apud* Donaire, 1995).

A sociedade contemporânea evoluiu de uma economia feudal e agrícola para uma sociedade urbana com um sistema industrial produtivo em larga escala. Porém, esta produção crescente e sem limites passou a consumir uma quantidade cada vez maior dos recursos finitos da natureza. Como as organizações são usuárias e ao mesmo tempo transformadoras, sua responsabilidade pelo uso eficiente e sustentável desses recursos vem sendo motivo de estudos por parte de pesquisadores em economia dos recursos naturais.

As discussões sobre as questões ambientais tem seu foco voltado principalmente nas conseqüências negativas do crescimento e nos fracassos de gestão do nosso ambiente. Três são os principais marcos na história sobre os debates ambientais: o primeiro foi a Reunião de Estocolmo em 1972, o segundo foi o Relatório de Brundtland em 1987 e o terceiro foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), mais conhecida por 'Rio 92' ou 'Eco 92'.

A partir da Conferência de Estocolmo foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e também a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), composta por 21 países-membros da ONU.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Frente a problemática da crescente exaustão dos recursos com a necessidade de garantir a sobrevivência da humanidade, inúmeras tentativas de criar uma solução para o problema tem sido apresentadas.

Entre essas destacam-se, a tese de Malthus sobre o perigo do crescimento desenfreado da população mundial e as sugestões do Clube de Roma, tendo como única alternativa a tese do crescimento zero para as economias. Na época, os cientistas acreditavam que tais medidas poderiam ser suficientes para alcançar seus objetivos. Entretanto, tais teses e suas sugestões caíram no esquecimento, dando lugar à conferências como a de Estocolmo na Suécia em 1972 – local onde foi redigida a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, documento no qual é feito um alerta para que o desenvolvimento econômico se materialize através da manutenção da própria vida e da vida com qualidade.

Por solicitação das Nações Unidas, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991), no Relatório Brundtland, em 1987, levantou a situação da degradação ambiental e econômica do planeta produzindo um relatório intitulado '*Nosso Futuro Comum*', também conhecido como Relatório Brundtland, publicado em 1988, o qual difundiu e enfatizou a crescente interdependência dos processos ecológicos, culturais e econômicos mundiais, juntamente com a sustentabilidade do estilo de desenvolvimento vigente.

Segundo Mitchell (1997), neste relatório, a Comissão deixou explícito que não havia desenvolvido um manual detalhado de ações, mas sim um 'caminho' através do qual pessoas de diferentes países pudessem criar políticas e práticas apropriadas para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Outro acontecimento marcante patrocinado pela CMMAD, foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, no ano de 1992, onde firmou-se duas convenções: uma sobre clima (declaração de boas intenções) e outra sobre biodiversidade (Agenda de Ação – agenda 21).

A UNCED (1996) através de seu documento Agenda 21, tratou de temas como pobreza, crescimento econômico, industrialização e degradação ambiental e, propõe uma série de ações, objetivos, atividades e meios de implementação, na qual os mais diversos atores de uma sociedade, em nível mundial, são convocados a perseguirem o desenvolvimento sustentável. Ela espelha um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental, e seu sucesso na execução é responsabilidade principal dos governos.

A discussão sobre a preservação dos recursos naturais do planeta nunca teve um alcance tão completo. Tal situação tem refletido uma preocupação ecológica crescente, onde tem-se buscado em ações isoladas, um desenvolvimento sem sacrificar os recursos naturais.

2.1.1 Conceitos de Desenvolvimento Sustentável

No importante relatório de 1987, ‘Nosso Futuro Comum’, a UNCED, lançou a idéia do desenvolvimento sustentável, a qual serviu de suporte para a iniciativa e as decisões concernentes à Conferência Rio-92.

Para tanto, com base nas afirmações de Sachs, considerou-se inicialmente que as denominações ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentado ou sustentável, tem o

mesmo significado. Segundo ressalta Montibeller Filho (1994), o próprio Sachs, grande divulgador do termo ecodesenvolvimento e a quem logo o conceito é associado, atualmente utiliza de forma indiferente os dois termos em questão. Ele deixa explícito na discussão que faz sobre o Marco Conceitual, que mesmo concordando com as críticas ao conceito de Desenvolvimento Sustentável do Relatório de Brundtland, considera que os pontos em comum entre este e o Ecodesenvolvimento são suficientes para poder adotá-los como sinônimos.

A primeira conceituação de Desenvolvimento Sustentável foi encontrada no Relatório do CMMAD que afirma:

o Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (CMMAD, 1991, p.46).

Conforme Flores (1995), Desenvolvimento Sustentável tem por fim o desenvolvimento econômico lado a lado com a conservação dos recursos naturais, dos ecossistemas e com uma melhoria na qualidade de vidas das pessoas.

Sob um enfoque macroeconômico ou internacional,

Desenvolvimento Sustentável é a macrodescrição de como todas as nações devem proceder em plena cooperação com os recursos e ecossistemas da terra para manter e melhorar as condições econômicas gerais de seus habitantes, presentes e futuras (KINLAW, 1997, p.83).

Em todas as publicações sobre Desenvolvimento Sustentável há um conjunto de características que aparecem para definir as condições para o mesmo. Sendo assim, o conceito de Desenvolvimento Sustentável se firma em três pilares básicos: o crescimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ecológico, todos sob o mesmo espírito holístico de harmonia e responsabilidade comum.

2.2 TERCEIRO SETOR

A emergência do Terceiro Setor no Brasil é um fenômeno das últimas três décadas. Esta mobilização de recursos privados para fins públicos rompe com a tradição inversa e perversa representada pela apropriação privada dos recursos públicos. Desta forma o Terceiro setor acaba desempenhando um papel que muitas vezes seria do Estado.

As organizações em nossa sociedade podem ser classificadas conforme sua origem e finalidade. As entidades que são formadas com o objetivo de servir aos interesses coletivos (público), são caracterizadas pelo Estado e constituem o Primeiro setor. O setor privado, formado de organizações que objetivam a geração de lucro ao empreendedor, denomina-se Segundo Setor. E as organizações formadas através de iniciativas privadas, porém públicas por suas finalidades (geralmente ligadas ao interesse coletivo) são denominadas Terceiro Setor. (MELLO, 2001).

“O Terceiro Setor é constituído por organizações privadas sem fins lucrativos que geram bens, serviços públicos e privados. Todas elas têm como objetivo o desenvolvimento político, econômico, social e cultural no meio em que atuam”.(SETOR 3, 2003). Conforme Fernandes (1994), percebe-se que o terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, instituídos e mantidas pela ênfase na participação voluntária num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade e filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, sobretudo em função da incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

A expressão *terceiro setor* é relativamente nova e, conforme afirma Fernandes (1994), "foi traduzido do inglês (Third Sector)...". Nos Estados Unidos esse setor, também denominado *nonprofit sector* (setor não lucrativo) vem se desenvolvendo desde antes do ano de 1970, segundo afirma Falconer (1999). Em outros países o desenvolvimento deste setor também é recente. Mesmo nos Estados Unidos onde os estudos e trabalhos sobre este setor datam da década de 70, o interesse e desenvolvimento mais aparente deram-se a partir da década de 90 com o surgimento de diversos programas universitários sobre *nonprofit*

management. Tais interesses no estudo sobre o terceiro setor partiram de centros de excelência em termos de pesquisas e estudos como as universidades Johns Hopkins e Harvard Business School.

A denominação terceiro setor busca traduzir um novo quadro de relações de diferentes atores autônomos frente ao Estado, realizando ações de interesse público. O terceiro setor busca ser reconhecido como mais um setor dinâmico da sociedade, prestador de serviços, com vistas a encontrar soluções efetivas aos problemas sociais. Busca construir sua identidade como um conjunto de organizações que atuam no desenvolvimento social, no resgate da cidadania e no estabelecimento de relações éticas em todas as atividades humanas. (NASCIMENTO, 1999).

O terceiro setor, então é caracterizado por ser formado de livre iniciativa e estar desvinculado do poder governamental, mesmo quando atua em funções típicas do Estado. Este setor é composto por organizações não-governamentais, institutos, fundações, entidades de classe, associações profissionais, movimentos sociais.

Elas se constituem para atender à sociedade em diversos aspectos, podendo ser: religiosas, culturais, educacionais, para concursos, de preparação para o trabalho, de promoção e atenção à saúde, de pesquisa científica, e diversas outras.

De acordo com Hudson (1999), “a filosofia que permeia quase todos os aspectos do terceiro setor é o desejo humano de ajudar outras pessoas sem a exigência de benefícios sociais”. Para Mello (2001), as organizações do Terceiro Setor, têm como características: finalidade não lucrativa; não estão sujeitas à disciplina do mercado; autonomia, inclusive do Estado; satisfação de necessidades coletivas; metas complexas de interesse público; multiplicidade e heterogeneidade dos *stakeholders*; financiamento múltiplo; participação do trabalho voluntário; ações fundadas em valores psicossociais; corpo técnico com forte compromisso com desenvolvimento social e estão geralmente próximas aos seus beneficiários.

Essas entidades se originam de movimentos sociais de diversos matizes e objetivos, são organizações também denominadas sem fins lucrativos, apesar de poderem ter lucros, desde que sejam reconvertidos na missão básica da organização. Portanto, o lucro não poderá ser distribuído para o quadro nem para os funcionários e voluntários da organização. (BAYMA, 1997, 124.).

O Terceiro Setor é formado por vários tipos de organizações, com a finalidade primordial de atender as funções que seriam do Estado e que o mesmo não consegue cumprir.

Pesquisa realizada pela The Johns Hopkins University (EUA) em 35 países, incluindo o Brasil, mostrou que o terceiro setor movimenta US\$ 1,33 trilhão. Se fosse um país, o setor sem fins lucrativos ocuparia a sexta posição no ranking dos maiores PIBs do mundo, na frente de países como Inglaterra, Itália, Espanha e Canadá, consolidando-se como uma das maiores forças econômicas mundiais. No Brasil, o Terceiro Setor tem movimentado anualmente cerca de 1,5% do PIB, contra a média mundial de 5 %.

As organizações do Terceiro Setor têm grande participação econômica na sociedade de hoje. Em países desenvolvidos movimenta grandes valores monetários, nos Estados Unidos este setor movimenta mais de 340,9 bilhões de dólares por ano (SOLOMON; ANHEIER, 1994, apud COSTA JUNIOR, 1997), isto equivale a 6,3% do Produto Interno Bruto daquele país.

As organizações do terceiro setor são movidas por um desejo de melhorar o mundo. As pessoas que administram e que trabalham para elas de forma voluntária acreditam na criação de um mundo mais justo, mais compreensivo, mais esclarecido e mais saudável. (HUDSON, 1999).

No Brasil este setor não para de crescer. São mais de 250 mil ONGs no país, que movimentam R\$ 12 bilhões/ano (HOPKINS, 1998), oriundos da prestação de serviços, do comércio de produtos e da arrecadação de doações. O valor corresponde a 1,2% do PIB brasileiro e demonstra enorme potencial de crescimento, pois o setor já movimenta 6% do PIB em países da Europa e nos EUA. Outro dado confirma a expansão: em 1995, entre as pessoas

físicas, no Brasil, havia 15 milhões de doadores, número que em 1998 já havia triplicado, chegando a 44,2 milhões de pessoas, ou 50% da população adulta brasileira.

2.2.1 Modalidades de Organizações que Compõem o Terceiro Setor

Existe uma grande quantidade de organizações constituintes do Terceiro Setor, mas sua classificação é prejudicada devido à escassez de consenso teórico a respeito. Buscam-se diversos autores que discorrem sobre o tema em questão, mas não se encontraram categorias puras para classificação, revelando assim a heterogeneidade das organizações que compõem este setor. O que se verifica são denominações que algumas entidades do Terceiro Setor recebem na atualidade. Algumas denominações de entidades componentes do terceiro setor: associações, cooperativas, fundações, organizações da sociedade civil de interesse público e organizações não governamentais.

2.2.1.1 Associações

Formação social que congrega pessoas interessadas em agir coletivamente a favor de um fim compartilhado; em termos jurídicos, é definida como pessoa jurídica criada por grupo de indivíduos que partilham idéias e unem esforços com um objetivo sem nenhuma finalidade lucrativa. Para Camargo (2001), associação é a congregação de certo número de pessoas que expõe em comum conhecimentos e serviços voltados a um mesmo ideal e movidos por um mesmo objetivo, seja a associação econômica ou não, com ou sem capital, mas jamais com

intuito lucrativo. Além disso, devem estar formalmente constituídas através de um estatuto social.

Podem ser de finalidade “altruísta”, ou seja, atendem a uma comunidade sem restrições qualificadas, ou egoístas as quais restringem a um grupo seletivo e homogêneo de associados.

Legalmente a associação é uma pessoa jurídica de direito privado voltada à execução de atividades culturais, sociais, religiosas e recreativas, além de outras, cuja existência ocorre com a inscrição de seu estatuto no registro competente, desde que tenha objetivo lícito e esteja regularmente organizada.

Com a personificação jurídica a associação torna-se um agente social sujeito a direitos e obrigações, dentre eles o de constituir seu próprio patrimônio, sem qualquer vínculo com bens e direitos dos associados (id., 2001).

A associação possui a propriedade de existir legalmente apenas no papel, sendo juridicamente reconhecida, mesmo que não tenha vida ativa. Ela só terá vida ativa a partir do momento que os cargos de diretoria estiverem preenchidos, colocando a entidade em funcionamento para atender às suas finalidades.

2.2.1.2 Cooperativas

A definição de cooperativa que consta no relatório do Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) realizado em Manchester, Inglaterra em 1995, foi transcrito por Hartung, (1996, p.7) como: “Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democrática gerida”.

Camargo (2001) define cooperativa como uma sociedade formada por um pequeno grupo de pessoas, que com recursos individuais formará um recurso coletivo que subsidiará as atividades do negócio em comum. Explica que o cooperativismo é aceito por todos os governos e reconhecido como forma democrática para a solução de problemas sócio-econômicos.

O cooperativismo surgiu em 1884, quando um grupo de 28 tecelões de uma fábrica da cidade de Rochdale, localizada no norte da Inglaterra, se reuniu para combater o avanço do capitalismo e os intermediários que não obedeciam ao princípio da justiça do trabalho. A idéia era criar um sistema econômico que tivesse como base a ajuda mútua, a solidariedade humana, a cooperação, a honestidade e o esforço coletivo. Surgiu, então, o cooperativismo e estava formada a primeira cooperativa do mundo.

Os princípios que direcionaram a organização dos tecelões, aos poucos, foram disseminados pelo planeta.

Na época, a Revolução Industrial estava em processo na Europa desde o século XVIII. O Estado passou a controlar o avanço do capitalismo moderno e ocorreu um crescimento acirrado da classe proletária, que estava sujeita ao controle dos capitalistas e a condições de trabalhos a ela impostas.

A idéia da cooperativa era promover uma ampla mudança estrutural, que pudesse resultar em melhores condições de trabalho para os proletários.

2.2.1.2.1 Princípios do Cooperativismo

Os princípios que devem nortear qualquer cooperativa no mundo são:

1 - Adesão voluntária e livre - As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a qualquer pessoa apta a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, classe, política e religião.

2 - Gestão democrática pelos membros - Uma cooperativa é necessariamente uma organização democrática. Os membros controlam a cooperativa e participam ativamente da formulação das políticas e na tomada de decisões. Os eleitos como representantes dos demais membros são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto) e as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

3 - Participação econômica dos membros - Os membros contribuem eqüitativamente para o capital das suas cooperativas. O controle do capital é feito democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Sempre com base na decisão democrática, os excedentes destinam-se a um ou mais dos seguintes objetivos: a) desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; b) benefício aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; c) apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

4 - Autonomia e independência - Controladas por seus membros, as cooperativas são organizações autônomas, caracterizadas pela ajuda mútua. Se estas firmam acordo com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrem ao capital externo, devem

fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia das cooperativas.

5 - Educação, formação e informação - As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6 - Intercooperação - É lema das cooperativas atuarem em conjunto, através de suas representações locais, regionais, nacionais e internacionais. Tudo isso para dar força ao movimento cooperativista.

7- Interesse pela comunidade - As cooperativas também devem trabalhar para o desenvolvimento das suas comunidades. Para tanto, devem aprovar políticas sociais junto aos seus membros.

2.2.1.3 Fundação

Fundação é uma pessoa jurídica, com finalidade social, cujo patrimônio é gerenciado por um grupo de curadores, destacado pelo seu instituidor para uma finalidade específica; não tem proprietário, nem titular, nem sócios. Segundo Camargo (2001, p.37), “fundação é um patrimônio que, associado a uma idéia do instituidor, é colocado a serviço de um fim determinado.”

As fundações nascem de uma doação, de um ato de doação de um instituidor que reserva certo patrimônio e o grava para execução de um certo objetivo. Para ser constituída é

necessário que o instituidor lhe determine um estatuto, suas regras de funcionamento e um grupo que irá se responsabilizar em gerir esse patrimônio segundo seus objetivos (MARTINS, 2002).

São as instituições que financiam o terceiro setor, fazendo doações às entidades beneficentes. No Brasil, temos também as fundações mistas que doam para terceiros e ao mesmo tempo executam projetos próprios. Temos poucas fundações no Brasil. Depois de cinco anos, o Grupo de Instituições, Fundações e Empresas – GIFE, com heróico esforço, conseguiu sessenta e seis fundações como parceiras. No entanto, muitas fundações no Brasil têm pouca atuação na área social. Nos Estados Unidos já existem 40.000 fundações, sendo que a 10ª colocada tem 10 bilhões de dólares de patrimônio. Nossa maior fundação tem 1 bilhão. Devido à inflação, seqüestros de dinheiro e congelamentos, a maioria de nossas fundações não tem fundos. Vivem de doações anuais das empresas que as constituíram. Em épocas de recessão, estas doações minguam, justamente quando os problemas sociais aumentam.(FILANTROPIA, 2003).

2.2.1.4 Organizações Não Governamentais

O termo ONG – Organização Não Governamental, se refere de modo genérico a toda organização não pertencente ou vinculada a nenhuma instância de governo, em qualquer nível. Foi utilizado pela primeira pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas em 1950. No Brasil, começou a ser utilizada na metade da década de 80, referindo-se exclusivamente às organizações que realizavam projetos junto aos movimentos populares, por exemplo, na área da promoção social.

As ONGs são grupos sociais organizados que possuem uma função social e política em sua comunidade ou sociedade; possuem uma estrutura formal e legal; estão relacionadas e ligadas à sociedade ou comunidade através de atos de solidariedade; não perseguem lucros financeiros (sem fins lucrativos); possuem considerável autonomia.

Uma ONG pode atuar em vários campos, de várias formas, com objetivos diferenciados, com missões institucionais muito variadas. Não existe um tipo de ONG que seja mais abrangente no campo social ou político do que outras. Todas, das pequenas e locais até as grandes e internacionais, desempenham um papel sócio-político importante.

Tentar adjetivar ONGs, por suas ações específicas, como do tipo de esquerda ou de direita, de combate ou assessoria, técnicas ou de militância é uma maneira equivocada de conceituar o papel político de uma ONG. Seria desviar a atenção da opinião pública sobre as funções de uma ONG, para rótulos que dividem, não somam. Isto porque se ela existe, atuante e presente, em um campo de ação social específico, é lógico supor que ela atende interesses de um grupo sócio-cultural, dentro de uma faixa do espectro político existente. Aí repousa sua legitimidade. Em contrapartida, as redes de solidariedade e de interesses imediatos podem não ser as mesmas para todas as ONGs, isto determina a diversidade do campo de ação política de cada uma delas.

2.2.1.5 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP

OSCIP é um reconhecimento oficial dado a entidades que, de fato, são de interesse público, têm governança profissional e são transparentes nas suas relações com os

investidores e com a comunidade. As OSCIPs têm compromissos de obter resultados sociais com as ações que desenvolvem.

A organização qualificada como OSCIP tem mais facilidade para fazer alianças, oferecer incentivos fiscais para os patrocinadores e receber recursos governamentais.

OSCIPs são ONGs (Organizações Não-Governamentais), criadas pela iniciativa privada, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas. As OSCIPs são, portanto, o reconhecimento oficial e legal do que entendemos por ONGs

Uma OSCIP está situada no Terceiro Setor (considerando-se que o Primeiro Setor é formado pelo Estado e o Segundo Setor pelo Mercado, ou seja, as Empresas Privadas). É, portanto, uma organização sem fins lucrativos que atua nas lacunas deixadas pelos setores público e privado, buscando a promoção do bem-estar social. Trata-se, assim, de uma entidade privada com finalidade pública. Uma organização dessas não substitui o Estado – apenas complementa suas ações e o auxilia a resolver problemas sociais.

A figura jurídica em que se enquadram as OSCIPs é relativamente nova: a lei que as regulamenta é a 9.790, de 23 de março de 1999. Essa lei permite que pessoas jurídicas (grupos de pessoas ou profissionais), de direito privado sem fins lucrativos, sejam qualificadas, pelo Poder Público, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A Lei das OSCIPs parte da idéia de que o público não é monopólio do Estado. De que existem políticas públicas e ações públicas que não devem ser feitas pelo Estado, não porque o Estado esteja se descompromissando ou renunciando a cumprir o seu papel constitucional e nem porque o Estado esteja terceirizando suas responsabilidades, ou seja, não por razões, diretas ou inversas, de Estado, mas por "razões de Sociedade" mesmo.(Ferrarezi, 2001. p.7)

Uma ONG pode se tornar uma OSCIP desde que o seu estatuto, seus objetivos sociais e suas normas estatutárias atendam aos requisitos da lei e tenham sido aprovadas pelo Ministério da Justiça.

3 METODOLOGIA

Goldenberg (2000) afirma que “metodologia significa, etimologicamente, o estudo dos caminhos a serem seguidos com a identificação dos instrumentos usados para se fazer ciência.”

Para Minayo (1999) metodologia contempla desde a fase de exploração de campo escolhendo-se o espaço da pesquisa e o grupo a ser pesquisado (estabelecendo o espaço e os critérios para escolha dos entrevistados), bem como a construção de estratégia para entrada em campo e a definição de instrumentos e procedimentos para a análise dos dados.

Quanto aos fins, a pesquisa apresenta caráter exploratório, pois foi realizada a análise de documentos, além da identificação de ações a serem tomadas para a criação de uma OSCIP, com o intuito de familiarizar o pesquisador com o assunto em questão. Para Mattar (1999) “o propósito desse tipo de pesquisa é de alcançar o maior conhecimento a respeito de um tema ou organização, visando desenvolver hipóteses que poderão ser testadas e aprofundadas futuramente”.

Esta é uma pesquisa com abordagem qualitativa, pois “permite ao pesquisador ir a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele inserida”.(GODOY, 1995). Para Richardson (1999), “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”.

A pesquisa foi realizada baseada na bibliografia existente, ainda que escassa, a consulta na Lei 9790/99 e a sites da internet que se referem ao assunto. As informações adquiridas no referencial encontrado foram interpretadas e inseridas no trabalho de uma forma mais clara e compreensível da que constava na bibliografia. Por se tratar de um assunto novo, a principal limitação da pesquisa foi justamente a falta de bibliografia.

4 OSCIP

Nessa mudança de século, nada tem despertado mais o interesse dos estudiosos da administração e do direito das chamadas organizações da sociedade civil, cujas finalidades de interesse público têm procurado atender as mais diversas complexidades sociais com invejável sucesso. A literatura é escassa, assim como os procedimentos inerentes à gestão dessas organizações não têm merecido a devida contribuição das academias administrativas, quase sempre concentradas na pesquisa e discussão de temas relacionados com as sociedades mercantilistas, em especial, no que diz respeito ao desenvolvimento e a inovação tecnológica. O presente estudo vai de encontro dessas carências alertando o governo e a sociedade para a importância dessas organizações.

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. São Duas ou mais pessoas que reúnem esforços ou recursos para alcançar uma finalidade comum, mediante um determinado ajuste ou acordo. Celebram juridicamente um contrato de sociedade. Desse contrato pode surgir uma instituição, isto é, uma entidade, uma nova pessoa, distinta da pessoa dos sócios: uma pessoa jurídica.

No dia 23 de março de 1999, o Presidente da República sancionou a lei No 9.790 (Anexo A), que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, instituindo e disciplinando o Termo de Parceria. Cabe destacar que a nova lei, abre às entidades do Terceiro Setor, um novo caminho institucional mais moderno, condizente com as necessidades atuais da sociedade, já que rompe com as velhas amarras regulatórias. Pela primeira vez, o Estado reconhece publicamente a existência de uma esfera que é pública, não pela sua origem, mas pela sua finalidade: é pública, embora não estatal.

A lei se preocupa primeiro em identificar quem faz parte do terceiro setor e quem não faz. Foi um passo importante. Trata-se de uma questão de identidade e as entidades de tipo novo, as que se autodenominam ONGs, nunca se identificaram completamente com o setor filantrópico antigo. Não que houvesse alguma incompatibilidade ou vontade de se distinguir, mas porque em matéria legal desde tempos idos o poder público tem reconhecido as entidades de caráter assistencial, puramente caritativo e típico de movimentos religiosos. As entidades de estilo novo se reconhecem por atuar em campo notoriamente público, de interesse público. Representam a sociedade civil organizada, agrupada em entidades de direito privado, que somente existem para atuar no campo definido genericamente como público. O título de OSCIP, portanto, é uma vitória em si.

Assim como qualquer outra entidade, as OSCIPS têm um Estatuto, no qual deverá conter requisitos legais e normas, a fim de evitar fraudes e atitudes e posturas anti-éticas no âmbito da sociedade. É necessário, por exemplo, que em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio passe para outra entidade que tenha o mesmo objeto social da extinta (de preferência) e não, cair em mãos de diretores ou usado de outra maneira não prevista no Estatuto.

O pedido de obtenção de qualificação como OSCIP, deve ser enviado ao Ministério da Justiça, através de um requerimento contendo os documentos exigidos (como por exemplo, o Estatuto registrado em cartório ou a declaração de isenção do Imposto de Renda). Sua desqualificação resulta do não cumprimento de quaisquer destes requisitos, mediante processo administrativo ou judicial.

As principais novidades da nova lei são:

- a) Pela nova lei, podem ser qualificadas as organizações que realizam:
 - promoção da assistência social;
 - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

- promoção gratuita da educação;
 - promoção gratuita da saúde;
 - promoção da segurança alimentar e nutricional;
 - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
 - promoção do voluntariado;
 - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
 - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
 - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de caráter suplementar;
 - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
 - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.
- b) Pela nova lei, a qualificação passa a ser automática, desburocratizando-se o processo. A qualificação é ato vinculado ao cumprimento dos preceitos estabelecidos na Lei (Ministério da Justiça). Não é mais necessário o Título de Utilidade Pública Federal; Registro de Entidade de Assistência Social; ou Certificado de Fins Filantrópicos.
- c) A nova lei cria um novo instrumento jurídico: O Termo de Parceria. Para ter acesso ao mesmo, a entidade precisa ser qualificada como OSCIP.

Pela nova lei, a escolha dos parceiros é feita por meio de concursos de projetos. Os objetivos e metas são negociados entre as partes e o controle é feito por resultados. Os

Conselhos de Políticas serão consultados para elaborar os Termos de Parceria e fiscalizarão os resultados. Os dirigentes das OSCIPS podem ser remunerados; e no caso do uso indevido de recursos estatais, as entidades e seus dirigentes serão severamente punidos.

Para tornar mais claras as diferenças entre a Lei 9.790/99 e a legislação anterior, ainda vigente, apresentamos a seguir uma comparação em relação aos principais aspectos .

Acesso à Qualificação	
Lei 9.790/99	Legislação anterior e vigente
<p>Cria a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público/ OSCIP, concedida pelo Ministério da Justiça.</p> <p>A lei determina rapidez no ato de deferimento da solicitação porque a qualificação é ato vinculado ao cumprimento das exigências da lei, isto é, se a entidade entregou os documentos e cumpriu com as exigências, ela é qualificada automaticamente.</p>	<p>No nível federal, são fornecidas duas qualificações: Declaração de Utilidade Pública Federal, pelo Ministério da Justiça; e Certificado de Fins Filantrópicos, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Declarações de Utilidade Pública similares são oferecidas no nível dos estados e municípios.</p> <p>Tais qualificações dependem de vários documentos, cuja obtenção é difícil, demorada e de custo elevado.</p>
<p>Se o pedido de qualificação como OSCIP for negado, a entidade, após fazer as alterações indicadas na justificativa de indeferimento, feita pelo Ministério da Justiça, pode reapresentar o pedido imediatamente.</p>	<p>Se o pedido para essas qualificações for negado, a entidade não pode proceder à reapresentação imediata, devendo esperar um período definido legalmente.</p>
Reconhecimento legal das organizações	
Lei 9.790/99	Legislação anterior e vigente
<p>Reconhece as organizações da sociedade civil que não estavam reguladas por nenhuma das leis e qualificações até então existentes, abarcando suas novas formas de atuação social (artigo 3º) – como por exemplo a defesa de direitos, a proteção do meio ambiente e modelos alternativos de crédito.</p>	<p>Reconhece apenas as organizações que atuam nas áreas de assistência social, saúde e educação, para a concessão do Certificado de Fins Filantrópicos; e associações que sirvam desinteressadamente à coletividade, para a Declaração de Utilidade Pública Federal.</p>
<p>Define quais as organizações que não podem se qualificar como OSCIP (artigo 2º), a exemplo de planos de saúde, fundos de pensão e escolas e hospitais privados não gratuitos.</p>	<p>Trata de forma idêntica as entidades que prestam serviços não exclusivamente gratuitos e aquelas destinadas exclusivamente a fins públicos.</p>
<p>Permite que os dirigentes das OSCIPs sejam remunerados, mas não torna essa medida obrigatória.</p>	<p>Proíbe a remuneração dos dirigentes das entidades.</p>

Importante Com relação às entidades de microcrédito, de acordo com a Medida Provisória 2.089/2001, apenas aquelas qualificadas como OSCIP, além das instituições com autorização de funcionamento fornecida pelo Banco Central do Brasil e as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, não estão sujeitas às estipulações usurárias (limite de taxa de juros a 12 por cento ao ano). As demais entidades que atuam na concessão de microcrédito permanecem sujeitas à chamada "Lei da Usura".	
Acesso a recursos públicos para realização de projetos	
Lei 9.790/99	Legislação anterior e vigente
A OSCIP tem acesso a recursos públicos para a realização de projetos por meio da celebração do Termo de Parceria, nova figura jurídica cujos requisitos e procedimentos são simples.	O acesso a recursos públicos para a realização de projetos é feito por meio da celebração de convênios, requerendo para isso uma série de documentos, além do registro no Conselho de Assistência Social.
A regulamentação para a realização do Termo de Parceria é fornecida pela própria Lei e Decreto 3.100/99.	A realização de convênios é regulamentada pelas Instruções Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional (IN/STN n.º 1, de 1997, e n.º 3, de 1993). Há exigências similares nos estados e municípios.
A forma de aplicação dos recursos é mais flexível em comparação aos convênios. Por exemplo, são legítimas as despesas realizadas com o pagamento de pessoal efetivamente envolvido na execução do programa de trabalho, inclusive os encargos trabalhistas e previdenciários. Também são legítimas as despesas realizadas entre a data de término do Termo de Parceria e a data de sua renovação, o que pode ser feito por Registro por Simples Apostila ou Termo Aditivo. São permitidos adiantamentos feitos pela OSCIP à conta bancária do Termo de Parceria em casos de atrasos nos repasses de recursos.	Há rigidez na forma do gasto.
A Lei incentiva a escolha de parceiros por meio de concurso de projetos.	Não é previsto.
Avaliação e responsabilização pelo uso dos recursos públicos	
Lei 9.790/99	Legislação anterior e vigente
A ênfase do controle se concentra no alcance de resultados.	O controle se concentra, prioritariamente, na forma de aplicação dos recursos.
São imputadas punições severas para o uso indevido de recursos: além das punições aplicáveis no caso dos convênios, prevê-se também a indisponibilidade e o seqüestro dos bens dos responsáveis.	Os mecanismos de responsabilização pelo uso indevido dos recursos são basicamente devolução e multa.
Uma Comissão de Avaliação – composta por representantes do órgão estatal parceiro, do Conselho de Política Pública e da OSCIP – avalia o Termo de Parceria e verifica o desempenho global do projeto em relação aos benefícios obtidos para a população-alvo.	Não é prevista uma Comissão para avaliar resultados alcançados.
Acima de R\$ 600 mil, a OSCIP deve contratar auditoria independente para avaliar o Termo de Parceria, cujo custo pode ser incluído no valor do próprio Termo de Parceria.	Não está prevista a realização de auditoria independente.

Importante: Criados por lei, os Conselhos de Políticas Públicas são compostos por representantes da sociedade civil e dos governos, para deliberar e realizar o controle sobre determinadas políticas públicas (saúde, criança e adolescente, meio ambiente, assistência social, educação, desenvolvimento agrário etc).	
Controle social e transparência	
Lei 9.790/99	Legislação anterior e vigente
É vedada a participação de OSCIPs em campanhas de interesse político-partidário ou eleitoral, independentemente da origem dos recursos (públicos ou próprios).	Essa proibição se refere apenas ao uso dos recursos públicos para campanhas de interesse político-partidário ou eleitoral.
Os Conselhos de Políticas Públicas são consultados antes da celebração dos Termos de Parceria e participam da Comissão de Avaliação dos resultados.	Não está previsto essa atuação.
Qualquer cidadão pode requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação de uma entidade como OSCIP, desde que amparado por evidências de erro ou fraude.	Não é previsto.
Exige a adoção de práticas gerenciais que coíbam o favorecimento pessoal em processos decisórios.	Não é previsto.
A OSCIP deve criar um Conselho Fiscal, como primeira instância de controle interno.	Não é previsto.
A OSCIP deve dar publicidade ao seu relatório de atividades e às suas demonstrações financeiras.	Não é previsto.
É livre o acesso às informações referentes às OSCIPs junto ao Ministério da Justiça.	Não é previsto.
Prestação de contas de recursos estatais repassados	
Lei 9.790/99	Legislação anterior e vigente
A prestação de contas do Termo de Parceria é mais simples do que a dos convênios, devendo ser feita diretamente ao órgão parceiro, por meio de: relatório da execução do objeto do Termo de Parceria contendo comparação entre as metas e os respectivos resultados; demonstrativo da receita e da despesa realizadas; extrato da execução física e financeira publicado.	É obrigatória a obediência à IN/STN nº 1/97 ou à IN/STN nº 3/93, que exigem a apresentação de vários documentos e relatórios físico-financeiros.

Quadro 1: Lei 9790/99 e a legislação anterior.

(Fonte: ROSA, Alexandre José. et al. **Marco legal do terceiro setor**. Florianópolis: Tribunal de Justiça, 2003).

4.1 AÇÕES NECESSÁRIAS PARA FUNDAÇÃO DE UMA OSCIP

Para fundar-se legalmente uma entidade, é necessário que sejam seguidos alguns passos fundamentais:

1º Passo	2º Passo	3º Passo	4º Passo	5º Passo
Organização de pessoas com objetivos comuns em defesa da coletividade.	Oficialização da entidade através da Assembléia Geral.	Aprovação do Estatuto.	Eleição da Diretoria.	Registro legal.

Quadro 2: Passos para fundação de uma OSCIP

4.1.1 Primeiro Passo : Convocação

As pessoas de uma determinada região; sejam elas de uma comunidade, de um sindicato, de um bairro, de uma escola, ou clube, que tenham um objetivo em comum, estarão aptas a criar uma entidade. Podem estar preocupadas com a saúde, educação, moradia. O primeiro passo é se juntar e se mobilizar, convocando uma reunião através de telefonemas, cartas, anúncio na rádio local, panfletos e jornais, ou outros meios, para seduzir as pessoas em relação à importância da criação da entidade que estão pretendendo.

O que deverá ser explicitado na reunião são os objetivos da entidade, sua importância, assim como sua necessidade, além da definição de uma comissão de preparação das próximas reuniões, com a divisão de tarefas e responsabilidades.

Deve ser formada também, uma Comissão de Redação do Estatuto Social, que deverá ser pequena e ágil, no sentido de formular e apresentar uma proposta de estatuto que

será discutido, analisado, modificado (se necessário) e finalmente aprovado pela Assembléia Geral, sendo que neste dia, terão que ser providenciadas cópias para todos.

4.1.2 Segundo Passo : Assembléia Geral

A Assembléia Geral de fundação da entidade, na qual será oficializada a mesma, com a convocação de todos os interessados, deverá ocorrer após definida a missão da entidade e redigida a primeira proposta de Estatuto.

Esta Assembléia deve ser precedida de uma carta convite, contendo o dia, hora, local, além dos objetivos desta e da pauta da reunião. No dia da Assembléia, deverá haver um livro de presença que registrará todos os interessados em participar da assembléia e um Livro de Atas, no qual serão anotadas as assembléias, assinadas pelos presentes.

Uma mesa dirigente dos trabalhos com um presidente e dois secretários deverá ser eleita pela Assembléia. Após a leitura da pauta pelo presidente, este deverá encaminhar os debates, principalmente o do Estatuto.

4.1.3 Terceiro Passo : Estatuto

A comissão deve ler o Estatuto e distribuir uma cópia para cada presente.

Cada artigo que a Assembléia ache polêmico ou seja destacado, deve ser discutido, modificado (se necessário) e aprovado.

Abaixo estão alguns itens essenciais que devem estar contidos nos Estatutos:

- a) nome e sigla da entidade;
- b) sede e foro;
- c) finalidades e objetivos;
- d) se os sócios respondem pelas obrigações da sociedade;
- e) quem responde pela entidade;
- f) os sócios e seus tipos, entrada e saída, direitos e deveres;
- g) poderes, tais como assembleia, diretoria, conselho fiscal;
- h) tempo de duração;
- i) como os estatutos são modificados;
- j) como a entidade é dissolvida;
- k) qual o destino do patrimônio, em caso de dissolução.

4.1.4 Quarto Passo : A Posse da Diretoria

A eleição da diretoria deve seguir o que foi aprovado no Estatuto; e após eleita, deve ser conferida a posse dos cargos aos eleitos.

Finalmente, foi fundada a Entidade, entretanto, ela ainda não possui "status" legal, o que só ocorre após alguns procedimentos burocráticos.

4.1.5 Quinto Passo : Como Proceder Para Registro Legal

Devido à grande burocracia e às exigências específicas de cada cartório, é necessária muita paciência, pois sempre faltará algum item.

Não é recomendável colocar o endereço da Entidade no Estatuto, pois a burocracia se repetirá a cada mudança de endereço.

4.2 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A CRIAÇÃO DE UMA OSCIP

A documentação terá que ser reunida e encaminhada ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, além de pagar as taxas, registrar o Livro de Atas, os Estatutos e publicar um extrato dos mesmos, aprovados no Diário Oficial.

A documentação que poderá variar de acordo ao cartório, é a seguinte:

- a) cópias dos estatutos em papel timbrado;
- b) 3 cópias da Ata de Fundação datilografada, assinadas pelo presidente e demais diretores com firma reconhecida;
- c) livro de atas original;
- d) pagamento de taxas do cartório (se houver);
- e) 3 cópias da Relação Qualificada da Diretoria (nome, cargo, estado civil, nascimento, endereço, profissão, identidade e CPF);
- f) 3 cópias da relação de sócios fundadores;

- g) um resumo contendo os principais pontos dos Estatutos, que às vezes, é solicitado pelo cartório para que seja apresentado no Diário Oficial.

Todos estes documentos fazem com que a entidade passe a ter personalidade jurídica, mas no caso de realizar operações financeiras, abrir conta bancária ou celebrar contratos, é necessário também, que a entidade tenha o CGC. Para isto, basta procurar uma delegacia regional da Secretaria da Receita Federal, com todos os documentos registrados no cartório, autenticados e carimbados e os documentos do responsável pela entidade. Além disso, deve-se preencher um formulário padrão e dar entrada para obtenção do CGC.

4.3 VANTAGENS E DESVANTAGENS DE SE CONSTITUIR UMA OSCIP:

4.3.1 Vantagens

- a) Imunidade fiscal: abrange impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados às finalidades essenciais da entidade.
- b) Fundamento legal: CF. art. 150, VI c; CTN, art. 14.
- c) Impostos abrangidos: IPTU, ITR, ITCD, ITBI, IPVA.
- d) Sobre a renda: IR
- e) Sobre os serviços: ICMS incidente sobre os serviços de transportes e comunicação e ISS.

- f) Aplicações: não incidência de impostos nos âmbitos federal, estadual e municipal.
- g) Isenção Fiscal: esta isenção depende da legislação municipal e estão inseridos: IPI, Imposto de Importação, Imposto de Exportação, Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro (IOC); Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), dentre outros.

4.3.2 Desvantagens

Não poderá distribuir os lucros entre os sócios; o excedente deverá ser reinvestido em equipamento, treinamento de mão-de-obra, pesquisa e outros;

Não poderá remunerar os dirigentes enquanto membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, acima do valor limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal - MP 66 de 29 de agosto de 2002.

5 IDENTIFICAÇÃO DAS LINHAS DE CRÉDITO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O descompasso entre as políticas de desenvolvimento e as políticas sociais, que priorizam o capital em detrimento do ser humano, fez com que se agigantassem os problemas sociais.

Na atual economia a noção de desenvolvimento desconsidera o social (SERVA, 1997). O “ter” se tornou mais importante do que o “ser”, e os problemas da sociedade foram vistos com distanciamento pelos integrantes da população favorecida pelo sistema vigente. Segundo Serva (1997), é preciso repensar o significado de desenvolvimento.

Uma noção de desenvolvimento que provém das idéias de supremacia da economia de mercado sobre o social favorece o crescimento da má distribuição da riqueza e a exclusão social. Os questionamentos sobre as noções de desenvolvimento estão emergindo da sociedade, trazendo à tona carências sociais que não podem mais ser ignoradas.

Atualmente o terceiro setor é um guarda-chuva para diversas iniciativas das organizações sem fins lucrativos que tiveram “origem nas idéias de benemerência do século XIX” (CASTRO, 1999, p. 7).

Um dos grandes desafios das organizações do terceiro setor no Brasil é a sua sustentabilidade a médio e longo prazo. Com a finalidade de vencer tal desafio, as organizações têm buscado, nos últimos anos, alternativas de geração de renda e de diversificação de fontes de recursos. Novas parcerias estão sendo feitas para minimizar o problema da sustentabilidade das organizações do terceiro setor. Com a crise fiscal do Estado contemporâneo, o Governo, que financiava muitas ações sociais no Brasil (FRANCO, 2002), não tem recursos suficientes para suprir as demandas sociais e é nesse contexto que as empresas privadas estão sendo chamadas a contribuir no processo de transformação social, em

parceria com as organizações do terceiro setor. As organizações do Terceiro Setor são regidas por recursos privados, sendo estas fontes na sua maioria advindas de doações de pessoas ou empresas. As entidades buscam cada vez mais, formas de como captar estes recursos, afim de garantir sua sobrevivência e a prestação de um serviço de qualidade a comunidade.

A falta de recursos integra o principal entrave para o desenvolvimento sustentado das entidades. Seu Caráter filantrópico ou finalidade não lucrativa na significa que elas sejam desprovidas das necessidades dos recursos financeiros. Como qualquer organismo, elas incorrem em despesas tanto para sua realização, quanto para atingirem seus objetivos (CAMARGO, 2001).

Segundo VALARELLI (1999) “a captação de recursos é uma preocupação constante das organizações sem fins lucrativos, todas as suas atividades dependem de um programa de captação de recursos bem elaborados e que dê resultados.” Mas o autor salienta que nos últimos anos as fontes de recursos, que geralmente fomentavam as organizações sem fins lucrativos, estão ficando escassas. Os recursos estão sendo reduzidos e tornando-se restritos a certas regiões ou projetos. Além disso, alerta sobre o profissionalismo com que deve ser tratada a captação de recursos pelas organizações sem fins lucrativos.

“As atuais dificuldades enfrentadas pelas organizações do Terceiro Setor, dizem respeito ao seu pensamento de futuro e às suas ações a curto prazo – principalmente as relacionadas com a sua sobrevivência financeira.”(BRASIL, 2002).

Para as organizações do terceiro setor, os recursos financeiros são um instrumento para a realização dos seus objetivos e a conquista e gestão desses recursos é de vital importância para sua longevidade. Isto evidencia a importância de profissionalismo dos gestores desta área, que devem estar sempre buscando novas e melhores formas de captar recursos.

Falar de terceiro setor é também falar da forma como o poder público e a sociedade interagem. Nesta interação, há formas mútuas de repasse de bens, tecnologias, etc. Já faz algum tempo o poder público notou que em muitos campos, embora seja de sua obrigação

constitucional, sua atuação não é satisfatória ou, ao menos, é menos eficaz do que a de outros personagens. As ONGs tem atuado com desenvoltura e extrema competência nos campos da educação, saúde, defesa da infância, ambientalismo, etc. Assim, tornou-se praxe o repasse de verbas públicas para aplicação em programas de natureza pública a serem desenvolvidos por entidades de direito privado.

Neste sentido a Lei 9.790/99 criou uma forma de repasse, o termo de parceria, que pretende ser um veículo legítimo e adequado ao repasse de verbas públicas para entidades de direito privado.

5.1 TERMO DE PARCERIA

O Termo de Parceria é uma das principais inovações da Lei das OSCIPs. Trata-se de um novo instrumento jurídico criado pela Lei 9.790/99 (art. 9º) para a realização de parcerias unicamente entre o Poder Público e a OSCIP para o fomento e execução de projetos. Em outras palavras, o Termo de Parceria consolida um acordo de cooperação entre as partes e constitui uma alternativa ao convênio para a realização de projetos entre OSCIPs e órgãos das três esferas de governo, dispondo de procedimentos mais simples do que aqueles utilizados para a celebração de um convênio.

A escolha da OSCIP para a celebração de Termo de Parceria pelo órgão estatal poderá ser feita por meio de concurso de projetos. Embora não seja obrigatório, o concurso de projetos representa uma forma mais democrática, transparente e eficiente de escolha.

De qualquer maneira, seja qual for a forma de seleção, o órgão estatal tem sempre a obrigação de verificar o regular funcionamento da OSCIP antes de celebrar um Termo de

Parceria. Assim, é responsabilidade do órgão estatal averiguar com antecedência a idoneidade, a regularidade, a competência e a adequação da OSCIP aos propósitos do Termo de Parceria.

Quanto ao projeto a ser implementado, governo e OSCIP negociam um programa de trabalho que envolve, dentre outros aspectos, objetivos, metas, resultados, indicadores de desempenho e mecanismos de desembolso.

Ainda antes da assinatura do Termo de Parceria, o órgão estatal deve consultar o Conselho de Política Pública da área de atuação do projeto, caso ele exista (Lei 9.790/99, parágrafo 1º do art. 10 e Decreto 3.100/99, art. 10).

O monitoramento e a fiscalização da execução do Termo de Parceria é dever do órgão estatal parceiro (que o assinou), além do Conselho de Política Pública da área a que está afeto. É importante que o órgão estatal mantenha esse Conselho informado a respeito de suas atividades de acompanhamento do Termo de Parceria. O Conselho de Política Pública, por sua vez, deve encaminhar suas recomendações e sugestões ao órgão estatal para que o mesmo adote as providências cabíveis (Decreto 3.100/99, art. 17).

O Termo de Parceria também é fiscalizado pelo sistema de controle da Administração Pública, formado por auditorias interna (por exemplo, a Secretaria Federal de Controle no Governo Federal) e externa (Tribunais de Contas).

Uma importante análise foi feita pelo Tribunal de Contas da União sobre a Lei 9790/99 e o Termo de Parceria, em sua Decisão nº 931/99. Além de legitimar o novo instrumento de parceria, o TCU determinou, dentre outras, que a Secretaria do Tesouro Nacional disponibilize no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, as informações sobre o Termo de Parceria.

5.1.1 Como ter acesso ao Termo de Parceria

A qualificação como OSCIP não significa necessariamente que a entidade irá firmar Termo de Parceria com órgãos governamentais e, portanto, receber recursos públicos para a realização de projetos.

Para firmar o Termo de Parceria, o órgão estatal tem que manifestar interesse em promover a parceria com OSCIPs. Além disso, o órgão estatal indicará as áreas nas quais deseja firmar parcerias e os requisitos técnicos e operacionais para isso, podendo realizar concursos para a seleção de projetos.

A própria OSCIP também pode propor a parceria, apresentando seu projeto ao órgão estatal. Nesse caso, o órgão governamental irá avaliar a relevância pública do projeto e sua conveniência em relação a seus programas e políticas públicas, tanto quanto os benefícios para o público alvo.

De qualquer modo, a decisão final sobre a efetivação de um Termo de Parceria cabe ao Estado, que deverá atestar previamente o regular funcionamento da OSCIP (Decreto 3.100/99, art. 9º).

5.2 O QUE É O CONCURSO DE PROJETOS

O órgão estatal pode escolher a OSCIP com a qual irá celebrar um Termo de Parceria por meio de concurso de projetos (Decreto 3.100, art. 23 a 31), que é a forma de seleção mais democrática, transparente e eficiente.

O edital do concurso deve conter informações sobre prazos, condições, forma de apresentação das propostas, critérios de seleção e julgamento e valores a serem desembolsados.

O julgamento é feito por uma Comissão designada pelo órgão estatal, que avalia o conjunto das propostas das OSCIPs. Não são aceitos como critérios de julgamento quaisquer aspectos - jurídicos, administrativos, técnicos ou operacionais - que não tenham sido estipulados no edital do concurso (Decreto 3.100/99, art. 23 a 31).

5.3 O QUE COMPÕE O TERMO DE PARCERIA

Pela Lei 9.790/99, parágrafo 2º do art.10, as cláusulas do Termo de Parceria devem obrigatoriamente explicitar:

- a) objeto, com especificação do programa de trabalho;
- b) as metas e resultados previstos com prazos de execução e cronograma de desembolso;
- c) os critérios objetivos de avaliação de desempenho com indicadores de resultado;
- d) a previsão de receitas e despesas detalhadas por categorias contábeis segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive as remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos com recursos do Termo de Parceria;
- e) a publicação pelo órgão estatal do extrato do Termo de Parceria na imprensa oficial do Município, Estado ou União, conforme modelo citado no parágrafo 4º do art. 10 do Decreto 3.100/99;

- f) a obrigação de prestação de contas ao Poder Público, ao término de cada exercício, incluindo:
- relatório sobre o objeto do Termo de Parceria contendo comparativo das metas com os respectivos resultados;
 - demonstrativo dos gastos e receitas efetivamente realizados;
 - publicação pela OSCIP na imprensa oficial do Município, Estado ou União de demonstrativo da sua execução física e financeira, até sessenta dias após o término de cada exercício financeiro, conforme modelo citado no art. 18 do Decreto 3.100/99.

O programa de trabalho mencionado é o projeto detalhado que a OSCIP se compromete a desenvolver, devendo conter o objeto da proposta, as metas a serem alcançadas, os indicadores de avaliação de desempenho, o cronograma de execução e de desembolso, previsão de receitas e despesas, além de outras informações pertinentes, como justificativa, metodologia de trabalho etc. O programa de trabalho é parte integrante do Termo de Parceria, devendo necessariamente expressar os quesitos determinados pela Lei 9.790/99.

Além disto, a OSCIP deverá publicar na imprensa oficial do Município, Estado ou União, até trinta dias após a assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a compra de bens e a contratação de obras e serviços, seguindo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Trata-se de um regulamento interno próprio da OSCIP para disciplinar as contratações e aquisições de bens feitas com recursos do Poder Público (Lei 9.790/99, art. 14). A OSCIP deve enviar uma cópia desse regulamento para o órgão estatal parceiro (Decreto 3.100/99, art. 21).

5.4 –EXECUÇÃO DO TERMO DE PARCERIA

Para executar o Termo de Parceria, o órgão estatal e a OSCIP precisam cumprir todas as cláusulas estabelecidas. A entidade deve implementar o programa de trabalho pactuado dentro dos prazos estipulados e com a qualidade prevista. O órgão estatal, por sua vez, deve orientar, supervisionar e cooperar na implementação das ações, liberar os recursos que constam do cronograma de desembolso, além de exigir probidade e qualidade.

A liberação dos recursos financeiros deve obedecer ao cronograma de desembolso previsto no Termo de Parceria (Decreto 3.100/99, art. 15). Os valores são depositados em conta bancária específica, que a OSCIP deve abrir no banco indicado pelo órgão estatal parceiro.

Se estiver previsto que os recursos sejam liberados em várias parcelas, a liberação de cada uma delas poderá ser condicionada à comprovação do cumprimento das metas para o período imediatamente anterior à última liberação. Por exemplo, se forem três parcelas, a liberação da terceira pode ficar condicionada ao cumprimento das metas relativas à primeira, mediante apresentação de relatório parcial sobre a execução do objeto do Termo de Parceria (ver Modelo III de Termo de Parceria).

Em alguns casos, o Termo de Parceria é celebrado por período superior ao do exercício fiscal (que corresponde a um ano de janeiro a dezembro). Poderá ser prorrogado, preferencialmente por indicação da Comissão de Avaliação, caso expire sua vigência sem a execução total do seu objeto ou no caso de a OSCIP dispor em seu poder de excedentes financeiros.

A prorrogação dos Termos de Parceria poderá ser feita mediante Registro por Simples Apostila, dispensando a celebração de Termo Aditivo, desde que não haja alterações

de valores financeiros - o que é gerencialmente muito mais simples. Também pode ser utilizado o Registro por Simples Apostila quando se tratar da indicação de nova dotação orçamentária para o exercício seguinte, nos casos em que o Termo de Parceria ultrapasse o exercício fiscal.

É possível a vigência simultânea de um ou mais Termos de Parceria, inclusive com o mesmo órgão estatal, de acordo com a capacidade operacional da OSCIP.

5.5 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO TERMO DE PARCERIA

Ao final do Termo de Parceria, uma Comissão de Avaliação - composta por dois representantes do órgão estatal, um da OSCIP e um do Conselho de Política Pública da área do projeto - analisará os resultados alcançados, com base nos indicadores de desempenho do programa de trabalho estabelecido.

Essa Comissão de Avaliação, além de acompanhar o desempenho da execução, tem por obrigação elaborar um relatório conclusivo sobre o cumprimento das metas e o alcance dos resultados do Termo de Parceria e encaminhá-lo ao órgão estatal parceiro (Lei 9.790/99, art. 11). Se for necessário, a Comissão de Avaliação indica no relatório a conveniência ou não da prorrogação do Termo de Parceria.

5.6 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO DE PARCERIA

A prestação de contas do Termo de Parceria pela OSCIP é a comprovação, perante o órgão estatal parceiro, da execução do programa de trabalho pactuado e da correta aplicação dos recursos públicos recebidos.

A Lei 9.790/99 determina às OSCIPs a obrigatoriedade de prestação de contas ao término de cada exercício financeiro (art. 10, V) diretamente ao órgão estatal parceiro.

A prestação de contas do Termo de Parceria deve ser instruída com os seguintes documentos (Decreto 3.100, art. 12):

- a) relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;
- b) demonstrativo integral da receita e da despesa efetivamente realizadas na execução;
- c) parecer e relatório de auditoria, nos casos em que o montante de recursos for maior ou igual a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais); e
- d) extrato da execução física e financeira, publicada na imprensa oficial da Município, Estado ou União, conforme modelo estabelecido no art.18 do Decreto 3.100/99.

A Lei exige a realização de auditoria independente, por pessoa física ou jurídica habilitada pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando o montante dos recursos de um ou mais Termos de Parceria for igual ou superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Entretanto, as despesas com tal auditoria poderão ser incluídas no orçamento do projeto e

financiadas pelo parceiro público por meio do próprio Termo de Parceria (Decreto 3.100/99, parágrafo 3º do art. 19).

É importante destacar que a Lei é rigorosa no caso de uso indevido de recursos públicos, estando as entidades e seus dirigentes sujeitos a punição severa, prevendo inclusive a indisponibilidade e seqüestro dos bens dos responsáveis (Lei 9.790/99, art. 12 e 13).

5.7 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DA OSCIP

A prestação de contas anual da OSCIP (Lei 9.790/99, inciso VII do art. 4º e Decreto 3.100/99, art. 11) é diferente da prestação de contas do Termo de Parceria (Decreto 3.100/99, art. 12).

No caso da prestação de contas anual da OSCIP, ela deve ser feita sobre a totalidade das operações patrimoniais e resultados da entidade, devendo ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Relatório anual de execução de atividades;
- b) Demonstração de resultados do exercício;
- c) Balanço patrimonial;
- d) Demonstração das origens e aplicações de recursos;
- e) Demonstração das mutações do patrimônio social;
- f) Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;
- g) Parecer e relatório de auditoria independente, somente para os casos em que os recursos recebidos pela OSCIP, por meio de Termos de Parceria, for maior ou igual a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

A prestação de contas anual da entidade deve ser feita por um contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, seguindo os princípios fundamentais da contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Esta prestação de contas é um dos itens que o órgão público pode requisitar para verificação antes de celebrar o Termo de Parceria.

No caso específico das fundações de direito privado, a prestação de contas anual deve continuar sendo enviada ao Ministério Público.

5.7.1 Documentos Que Devem Ser Publicados

A seguir apresentamos a lista dos documentos que devem ser publicados ou estar disponíveis para o exame de qualquer cidadão:

- a) extrato do Termo de Parceria, conforme anexo I do Decreto 3.100/99, deve ser publicado pelo órgão estatal parceiro no Diário Oficial após 15 dias da assinatura;
- b) demonstrativo da execução física e financeira do Termo de Parceria deve ser preenchido e publicado pela OSCIP na imprensa oficial, 60 dias após o término do exercício financeiro, de acordo com o Modelo II do Decreto 3.100/99;
- c) Regulamento de Aquisição de Bens e Contratação de Obras e Serviços deve ser publicado em Diário Oficial da União, do Estado ou do Município (dependendo do nível de governo em que se encontra o parceiro), no prazo máximo de trinta dias, contando a partir da assinatura do termo de parceria;

- d) relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, por qualquer meio eficaz (pela Internet, afixado na Prefeitura ou outro local público, jornal do bairro etc.) no encerramento do exercício fiscal.

5.7.2 Orientações às OSCIPS para Elaboração do Regulamento de Aquisições de Bens e Contratações de Obras e Serviços

O art. 14 da Lei 9.790, de 23 de março de 1999, e o art. 21 do Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999, determinam que as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público/ OSCIPs, quando celebram um ou mais Termos de Parceria, têm que apresentar ao órgão estatal parceiro, até trinta dias após a assinatura do Termo de Parceria, um Regulamento de Aquisições de Bens e Contratações de Obras e Serviços da OSCIP, publicado na imprensa oficial do Município/Estado/União, dependendo da abrangência do projeto.

A razão deste Regulamento é o estabelecimento dos procedimentos que serão adotados por todos os administradores e dirigentes da OSCIP para as compras e aquisições de quaisquer bens, serviços e obras efetuados com recursos públicos.

Visando auxiliar as OSCIPs na elaboração desse Regulamento, são apresentados alguns temas que respondem a exigências legais ou são aspectos relevantes afetos ao assunto. A OSCIP também pode se inspirar de maneira subsidiária nas regras estabelecidas pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer as suas próprias regras.

- a) **Objetivos:** o objetivo principal do Regulamento é assegurar que as aquisições e contratações sejam as mais vantajosas para a OSCIP e, conseqüentemente, para a sociedade em geral. Para qualquer aquisição, será obtida a proposta de, pelo menos, três fornecedores ofertando preços diferentes. Assim, a

OSCIP, sustentada nos princípios abaixo mencionados, deverá utilizar a competição entre os fornecedores para selecionar a melhor oferta.

- b) Princípios: a Lei 9.790/99, art. 14, determina que o Regulamento obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, que são os mesmos princípios que regem a Administração Pública, conforme art. 37 da Constituição Federal. Estes princípios buscam assegurar a defesa do bem público e podem ser, resumidamente, traduzidos da seguinte forma:

- Legalidade: é todo ato que não contraria dispositivos legais.
- Impessoalidade: é o ato centrado na busca do bem público e não no benefício individual ou personalizado;
- Moralidade: é o ato que, ademais de respeitar a legalidade, obedece valores éticos socialmente adotados;
- Publicidade: é o ato anunciado, publicado, visível, transparente para toda a sociedade;
- Economicidade: é o ato que gera, para a OSCIP e para a sociedade a qual ela serve, a melhor relação entre o benefício obtido (quantidade e qualidade) e o custo da aquisição;
- Eficiência: é um conjunto de ações que contribuem para o pleno alcance dos objetivos traçados pela OSCIP.

É importante destacar que o ato da aquisição deve respeitar simultaneamente a todos estes princípios. Por exemplo, o bem mais barato pode ser obtido de um fornecedor que não emite nota fiscal, entretanto, este ato é ilegal e moralmente inaceitável.

- c) Modalidades de Seleção das Propostas e Critérios de Escolha: O Regulamento deve explicitar quais formas a OSCIP adotará para selecionar

propostas e realizar suas aquisições. O critério de escolha entre as modalidades de seleção das propostas será o de menor preço, exceto naquelas situações que, por suas características ou propriedades, sejam relevantes a avaliação dos aspectos técnicos para seleção da proposta mais vantajosa, situações estas previstas no Regulamento. A princípio, as formas de seleção estão relacionadas com os valores a serem gastos, ou seja, as formas mais simples de seleção são usadas para valores financeiros pequenos e, progressivamente, as formas mais complexas de seleção para valores maiores. São exemplos de modalidades de seleção: concorrência entre fornecedores, carta-consulta e pesquisa de preço. No entanto, algumas aquisições, por suas características ou propriedades, independentemente de valor, podem contrariar esta prática geral, cujas hipóteses devem estar previstas no Regulamento. Quanto aos critérios de escolha das propostas, a avaliação deve responder a duas perguntas básicas:

- proponente pode responder objetiva e exatamente à demanda da OSCIP, com os prazos, quantidades e qualidades esperadas; e,
- a proposta é a mais vantajosa, considerando o seu custo/benefício? Caso seja necessário ou recomendável a celebração de contratos com os fornecedores vencedores do processo seletivo, este deve ser celebrado por pessoa legal ou estatutariamente qualificada para tanto.

d) Procedimentos: O Regulamento deve deixar claro as etapas que a OSCIP adotará na realização de aquisições com recursos públicos à sua disposição. Dentre estes procedimentos, é importante destacar: identificação das áreas ou cargos da OSCIP responsáveis pelas solicitações das compras e/ou serviços. Vale observar que o demandante de aquisições, além da justificativa da

necessidade da mesma, deve explicitar com clareza o objeto a ser adquirido. A identificação de quem autoriza a aquisição e como é dada esta autorização. Cabe destacar que tais decisões quase sempre são tomadas pelo nível hierárquico imediatamente superior àquele que solicitou a aquisição. No entanto, o Regulamento da OSCIP pode estabelecer níveis diferentes de alçada para a decisão. Por exemplo, para pequenos valores a decisão quanto à seleção da proposta pode ser tomada pela própria área/cargo interessada na aquisição e, a partir daí, pelo seu superior, ou um diretor etc. Por outro lado, em algumas modalidades de seleção, quando as aquisições forem complexas ou envolverem um volume grande de recursos financeiros, pode ser necessário ou recomendável que o processo seja conduzido por uma comissão ou colegiado. a identificação do dirigente da OSCIP responsável pela designação de pessoa(s) ou colegiado (funcionários da OSCIP) para selecionar as propostas, bem como suas atribuições, limites e responsabilidades.

- e) Publicidade e Documentação: o regulamento deve expressar os casos em que a publicidade das intenções de realizar aquisições é obrigatória. O critério, previsto no Regulamento, para determinar a obrigatoriedade da publicação está relacionado com os valores previstos para as aquisições. Isso se faz por convites enviados aos fornecedores ou por anúncios ou editais, que podem ser publicados em jornais, quando houver interesse ou necessidade de uma ampla oferta de propostas. É importante que o Regulamento preveja que todo processo de aquisição deve ser documentado, de modo que se possa conhecê-lo desde a demanda interna até a seleção da proposta vencedora. Se houver a

celebração de contrato, ele também deve ser anexado à documentação, assim como os documentos relativos à execução financeira do referido processo.

- f) Exigibilidades dos fornecedores: As exigências relativas aos fornecedores para que possam participar nos processos de aquisições da OSCIP devem estar claras no Regulamento. Vale lembrar que critérios de elegibilidade para participação não podem ser discriminatórios ou serem estabelecidos de modo a reduzir a participação de proponentes ou ainda conceder vantagens ou privilégios a um ou a um grupo de fornecedores. As exigências devem ser relativas à regularidade jurídica e fiscal dos fornecedores, salvo nos casos de compras e/ou serviços de pequeno valor, conforme situações previstas no Regulamento. Quando necessário e a critério da OSCIP, poderão ser exigidos outros requisitos, a exemplo da capacidade técnica, operacional e financeira dos fornecedores.
- g) Cancelamentos e recursos nos processos de aquisições: O Regulamento também deve prever as hipóteses possíveis de cancelamentos durante os processos de aquisições. Também pode prever que os atos praticados nos processos de aquisições da OSCIP estão sujeitos a recursos administrativos e, caso estejam, que instrumentos os fornecedores e o público em geral terão para contestar os atos da OSCIP.

5.8 DIFERENÇA ENTRE O TERMO DE PARCERIA E OS OUTROS MÉTODOS DE REPASSE DE VERBAS PÚBLICAS

Antes da Lei 9.790/99 a forma mais popular de interação financeira do setor público com o privado era o convênio. Dotado de regulamentação experimentada na prática, o convênio não era, contudo, inteiramente adequado para o que se pretendia.

A princípio, convênio é a forma de pacto entre pessoas de direito público. Portanto, todo convênio tem que respeitar as regras adequadas ao poder público, todas elas. Ao aplicar a metodologia de convênios ao setor privado, a lei não fez grandes concessões, e exigiu do setor privado a mesma natureza de prestação de contas que vale para o setor público. Desnecessário dizer o quão penoso se tornou manter um convênio.

Também a prestação de contas em si era somente uma prestação formal de contas, um infundável gasto de papéis que deixaria qualquer ambientalista apavorado. Há os que consideram que a mata atlântica está desaparecendo por conta dos convênios. Tornou-se consenso entre as ONGs que o tempo que se gasta com prestação de contas em convênio é contra-producente no que diz respeito à atividade conveniada. Depois, e principalmente, o convênio não prevê o concurso de projetos e, además, sua prestação de contas não leva em consideração os resultados obtidos.

Já o Termo de Parceria tenta evitar tudo isso com uma prestação de contas que privilegie os resultados efetivamente obtidos, menos burocratizada, e possibilita o concurso de projetos com a escolha da entidade mais capaz.

5.9 RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O FINANCIAMENTO DE PROJETOS

5.9.1 Tipos de financiamentos

- a) Recursos a fundo perdido – São os recursos sobre os quais não incidem custos financeiros e para os quais não se exige o reembolso, mas apenas a prestação de contas.
- b) Recursos disponíveis na forma de linha de crédito com juros subsidiados - são os recursos oferecidos por meio de agentes financeiros, sobre os quais incidem juros menores que aqueles do mercado.
- c) Recursos disponíveis na forma de incentivos fiscais a financiadores privados – são os recursos que o governo disponibiliza na forma de dedução de impostos devidos pelo financiador de projetos ou pelo contribuinte de fundos de financiamento de projetos.

5.9.2 Mecanismo de Apresentação de Projetos

- a) Recursos disponíveis para a apresentação espontânea de projetos (demanda espontânea) – São aqueles que, para serem acessados, dependem da iniciativa das ONGs de desenvolver e apresentar projetos segundo regras e critérios previamente estabelecidos.

A oferta desses recursos fica disponível por períodos contínuos e estão relacionados a políticas ou programas de governo.

- b) Recursos disponíveis para a apresentação induzida de projetos (demanda induzida) – São os recursos para a contratação de projetos específicos, em processo de seleção, com a utilização ou não de editais de licitação. Nesse caso, a iniciativa é do interessado na contratação dos projetos. Tais recursos são oferecidos pontualmente para o atendimento de situações específicas e em geral por tempo limitado.

5.9.3 Mecanismo de Estabelecimento de Regras e de Avaliação de Projetos

- a) Recursos gerenciados na forma de fundos – Para os nossos fins, serão considerados como fundos todos os recursos a serem aplicados nos projetos e/ou programas tratados aqui. As regras de acesso, nesse caso, estão definidas no âmbito de cada fundo. Cada uma das oito áreas consideradas neste trabalho tem seus próprios fundos, mas nem todos são diretamente acessíveis por ONGs no nível federal – alguns só admitem a apresentação de projetos por ONGs nos níveis estadual/municipal. Em alguns casos, a fonte dos recursos é estrangeira.
- b) Recursos gerenciados no âmbito de programas – Nesse caso, as aplicações são direcionadas para objetivos específicos e as regras e critérios só valem para o programa determinado, sendo, de certo modo,

secundária a origem dos recursos, que pode, em vários casos, ser múltipla.

- c) Recursos gerenciados por órgãos – É o caso dos recursos que se tornam disponíveis após a apresentação de projetos que serão desenvolvidos em conjunto e/ou sob a delegação de funções ou supervisão de órgãos da estrutura do governo federal, estadual ou municipal.

5.9.4 Documentação Para Celebração de Convênios com Instituição Privada

Para a formalização do convênio a instituição proponente deve apresentar documentos que comprovem sua capacidade técnica e atestem sua idoneidade em instituições públicas. Para tanto, os documentos relacionados a seguir poderão ser encaminhados em forma de cópias autenticadas em cartório, após verificação de sua validade:

- a) Estatuto;
- b) ata de eleição da diretoria em exercício;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- d) cédula de identidade e CPF do representante;
- e) certificado de registro de entidades de fins filantrópicos ou registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), quando for o caso;
- f) . certidão de regularidade fornecida pela Secretaria da Receita Federal (pode ser retirada via internet no *site* www.receita.fazenda.gov.br);
- g) certidão de regularidade fornecida pela Secretaria da Receita Estadual;
- h) . certidão de regularidade fornecida pela Secretaria da Receita Municipal;

- i) . ~~certidão~~ de regularidade fornecida pela Procuradoria-geral da Fazenda Nacional (pode ser retirada via internet no *site* www.pgfn.fazenda.gov.br);
- j) . ~~certificado~~ de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (pode ser retirado via internet no *site* www.caixa.gov.br);
- k) . ~~certidão~~ negativa de débito (CND) no INSS (pode ser retirada via internet no *site* www.dataprev.gov.br/consultas/cons_empresas.shtml);
- l) . ~~comprovante~~ de abertura de conta específica para o projeto, fornecido pelo Banco do Brasil ou pela Caixa Econômica Federal.

5.9.4.1 Documentação Técnica Específica

- a) . ~~Declaração~~ de que dispõe de capacidade técnica para a implantação e ao desenvolvimento do projeto.
- b) . ~~Declaração~~ de que as pessoas que serão contratadas com recursos do convênios não são servidores públicos nem membros da diretoria da instituição.
- c) . ~~Prova~~ de que possui no seu quadro permanente profissionais qualificados para execução ou manutenção das ações previstas no projeto.
- d) . ~~Respectos~~ explicativos sobre os equipamentos a serem adquiridos, quando incluir aquisição de equipamentos.

5.9.5 Recomendações Gerais

A Instrução Normativa 1/97, publicada no *Diário Oficial da União* de 31 de janeiro de 1997, é a norma básica que disciplina convênios de natureza financeira com o poder público federal, e seu conhecimento, indispensável para uma operação criteriosa do referido instrumento.

De acordo com o artigo 116 da Lei no 8.666/93, o plano de trabalho apresentado pela entidade deve conter informações sobre: identificação do objeto a ser executado; metas a serem atingidas; etapas ou fases de execução; plano de aplicação dos recursos financeiros; cronograma de desembolso; prazo de execução, e outras.

Deverá ser providenciada, antes da execução do objeto, licitação com base nas normas da Lei no 8.666/93, com as alterações da Lei no 8.883/94 (órgãos e entidades dos estados, Distrito Federal e municípios), quando aplicável. Isso vale para instituições públicas, e as instituições privadas devem adotar procedimentos análogos.

Recomenda-se ao executor do projeto observar atentamente as obrigações constantes das cláusulas do convênio.

Os prazos para a execução do projeto e para a prestação de contas deverão ser obedecidos rigorosamente.

É expressamente proibido o pagamento de gratificação ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgão da administração direta ou indireta (federal, estadual, municipal e do Distrito Federal) que esteja lotado ou em exercício em qualquer dos entes partícipes (inciso II do artigo 8º da IN no 1/97, da STN/MF);

essa restrição estende-se também para os diretores das organizações não-governamentais.

Itens de despesas, como taxas, impostos, multas, juros, não são financiáveis com recursos do convênio.

As alterações permitidas no convênio poderão ser feitas nos prazos e na forma estabelecidos nas cláusulas convencionadas.

Toda documentação apresentada deve estar válida na data de assinatura do convênio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual conjuntura econômica mundial, neste cenário de degradação ambiental, pode-se perceber a importância do terceiro setor para auxiliar na garantia de um desenvolvimento sustentável para a humanidade. Isto fica ainda mais claro nos países em desenvolvimento, onde o Estado possui ainda mais dificuldade de cumprir com suas obrigações. No Brasil a atuação das organizações do terceiro de setor que visam a melhoria da qualidade de vida das pessoas vêm crescendo muito. O Terceiro Setor é constituído por organizações privadas sem fins lucrativos que geram bens, serviços públicos e privados. Todas elas têm como objetivo o desenvolvimento político, econômico, social e cultural no meio em que atuam. Neste sentido as OSCIPs surgem como alternativa dentro do Terceiro Setor para suprir algumas funções que seriam inicialmente do Estado e também necessidades da própria população.

O intuito deste trabalho foi levantar, o que é necessário para se criar uma OSCIP e quais suas possibilidades para obtenção de recursos.

O objetivo geral do estudo foi efetuar estudos para conhecer as OSCIPs e suas possibilidades de obtenção de recursos. Pretendendo-se esclarecer muitos questionamentos existentes a cerca deste tema, não só do acadêmico quanto da sociedade, visto a escassez de referencial bibliográfico. Baseado no objetivo geral seguiram-se três objetivos específicos: identificar e caracterizar ações necessárias para a criação de uma OSCIP; identificar os documentos necessários para a criação de uma OSCIP; identificar linhas de crédito e fontes disponíveis de recursos para este tipo de entidade. Seguindo os objetivos delimitados o trabalho pôde esclarecer as dúvidas a cerca do referido assunto.

As OSCIPs são regidas pela lei 9790/99, conhecida como nova lei do terceiro setor, a qual foi sancionada no dia 23 de março de 1999 e dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

No primeiro objetivo foram identificadas e caracterizadas as ações necessárias para a criação de uma OSCIP. Primeiramente é preciso a organização de pessoas com objetivos comuns em defesa da coletividade, posteriormente a realização de uma assembléia geral de fundação da entidade, na qual se oficializará a mesma, com a convocação dos interessados, definição da missão da entidade e redigida a primeira proposta de estatuto. Após os estatuto estar definido é realizada a eleição da diretoria e conseqüente posse aos cargos. Por fim o envio do pedido de obtenção de qualificação como OSCIP, ao Ministério da Justiça, através de um requerimento contendo os documentos exigidos, estes serão apresentados na abordagem do segundo objetivo específico. Podem ser qualificadas como OSCIP, as organizações que realizam: promoção e assistência social, promoção da cultura, promoção gratuita da educação, promoção da saúde, defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do voluntariado; promoção do desenvolvimento econômico e social; combate à pobreza; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informação e conhecimentos técnicos e científicos.

Identificar os documentos necessários para a criação de uma OSCIP, foi o segundo objetivo específico. Os documentos solicitados pelo Ministério da Justiça para a qualificação como OSCIP, para serem enviados juntamente com o pedido de qualificação, são os seguintes: cópia do estatuto em papel timbrado; três cópias da Ata de fundação, assinadas pelo presidente e demais diretores com firma reconhecida; livro de atas original; pagamento

de taxas do cartório; três cópias da relação qualificada de diretoria; três cópias da relação de sócios fundadores; um resumo contendo os principais pontos do estatuto, que às vezes, é solicitado pelo cartório para que seja apresentado no Diário Oficial. Para dar personalidade jurídica, estes são os documentos, mas ainda falta o CNPJ, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, que possibilita a entidade realizar operações financeiras. Como abrir conta em bancos, realizar empréstimos e celebrar contratos. Para o requerimento do CNPJ, é necessário procurar uma delegacia regional da Secretaria da Receita Federal, com os documentos registrados no cartório, autenticados e carimbados, juntamente com os documentos do responsável pela entidade. Além disso, deve-se preencher um formulário padrão e dar entrada para obtenção do CNPJ.

Apesar do processo de qualificação como OSCIP ser bem menos burocrático, não sendo mais necessário o título de Utilidade Pública Federal, registro de entidade de assistência social ou certificado de fins filantrópicos. A documentação completa para ser enviada juntamente com a solicitação de qualificação, continua burocrático e trabalhoso.

O terceiro objetivo foi identificar linhas de crédito e fontes disponíveis de recursos para este tipo de entidade. Durante a elaboração do trabalho foram levantados as formas de captação de recursos para este tipo de organização, e foi constatado que a principal forma é através do termo de parceria. Este termo é um novo instrumento jurídico criado pela Lei 9.790/99 (art. 9º) para a realização de parcerias com as OSCIPs visando o fomento e execução de projetos. A qualificação como OSCIP não significa necessariamente que a entidade irá firmar Termo de Parceria com órgãos governamentais e, portanto, receber recursos públicos para a realização de projetos. A escolha da OSCIP para a celebração do termo de parceria pelo órgão estatal poderá ser feito por meio de concurso de projetos. O monitoramento e a fiscalização da execução do termo de parceria é dever do órgão estatal parceiro que o assinou.

O termo de parceria tanto pode ser proposto pelo órgão estatal à OSCIP, quanto a organização propor pelo órgão estatal.

No caso do interesse de verbas privadas pela OSCIP, podem ser efetuados convênios, onde a organização apresenta o projeto para a empresa. Para a formalização do convênio a instituição proponente deve apresentar os documentos que compõem sua capacidade técnica e atestem sua idoneidade em instituições públicas.

Para o fomento de projetos foram encontrados os seguintes tipos de financiamento: recursos a fundo perdido, recursos disponíveis na forma de linha de crédito com juros subsidiados; recursos disponíveis na forma de incentivos fiscais à financiadores privados. Ainda existem outros tipos de recursos com o mecanismo de apresentação de projetos, que são os recursos disponíveis para apresentação espontânea de projetos; recursos para apresentação induzida de projetos; recursos gerenciados na forma de fundos; recursos gerencia dos no âmbito de programas e recursos gerenciados por órgãos públicos.

Com o referido estudo, pode-se perceber que o termo de parceria facilita muito o acesso das instituições aos recursos financeiros. Antes da lei 9790/99 a forma mais popular de interação financeira de setor público como privado era o convênio. Este deve seguir algumas regras que funcionam muito bem no setor público, só que para o setor privado torna-se muito penoso manter o convênio, devido a grande burocracia exigida pela prestação de contas. Outra desvantagem do convênio em relação ao termo de parceria é que o convênio não prevê o concurso de projetos e também sua prestação de contas não leva em consideração os resultados obtidos. Já o termo de parceria tenta evitar este excesso burocrático, se utiliza de uma prestação de contas que privilegie os resultados efetivamente obtidos e possibilita o concurso de projetos com a escolha da entidade mais capaz.

Após o desenvolvimento dos objetivos supracitados, foi possível sanar os questionamentos realizados a cerca do assunto, acreditando que todos os objetivos foram atendidos. Pode-se constatar que a nova lei no terceiro setor, a qual regulamenta as OSCIPs, delimita um novo horizonte para este tipo de organização, facilitando o acesso delas a recursos financeiros e desburocratizando sua criação. Proporcionando desta maneira uma nova alternativa a sociedade de sanar as deficiências tanto do setor público quanto do privado.

REFERÊNCIAS

AIDS. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br>>. Acesso em: 03 nov. 2004.

BAYMA, F. Capacitação de administradores para as organizações sem fins lucrativos. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v. 31,n 6, p. 119-126, nov./dez. 1997.

BRASIL. Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.pluralconsult.com.br/oscip.html>>. Acesso em: 03 ago. 2004.

BRASIL, K.R. **Formas de captação de recursos financeiros para organizações do Terceiro Setor**. 2002. 98 f. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CAMARGO, M. F. **Gestão do terceiro setor no Brasil** – Estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Futura, 2001.

CASTRO, Jucília Vieira de – **O Terceiro setor**. In: 1º Módulo-Capacitação de Dirigentes, Funcionários e Colaboradores de Organizações Não-Lucrativas. Florianópolis: Univali, 1999. 12 p.

CMMAD. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento,. **Nosso futuro comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.

FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. Disponível em: <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em 08 jan. 2004.

FERNANDES. Rubem César. **O que é terceiro setor?** Disponível em: <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em 07 jan. 2004.

FERRAREZI, Elisabete. Organização da sociedade civil de interesse público - OSCIP : a lei 9.790 como alternativa para o terceiro setor / Elisabete Ferrarezi, Valéria Rezende - Brasília : Comunidade Solidária, 2001.

FLORES, Jorge O. de M. **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável**. RAP. v.29, n.2, abr/jun, 1995.

FRANCO, Augusto. **OSCIP: o primeiro passo de uma reforma social do marco legal do terceiro setor**. Rede de Informações para o Terceiro Setor - RITS. Revista do Terceiro Setor -RETS. Disponível em:
<http://notitia.rits.org.br/pub/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecao?codigoDaSecao=11&dataDoJornal=1013803258000>>.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35. n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOLDENBERG, M.C.S. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARTUNG, A. P. **O cooperativismo ao alcance de todos**. 2. ed. Florianópolis: OCESC, 1996.

HUDSON, M. **Administrando organizações do terceiro setor**. São Paulo: Makron Books, 1999.

KINLAW, Denis C. **Empresa competitiva e ecológica: desempenho sustentado na era ambiental**. São Paulo: Makron Brooks, 1987.

MANUAL DE FUNDOS PÚBLICOS. Disponível em:
http://rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_mat01_caprec.cfm - 24-09-04)>. Acesso em: 10 nov. 2004.

MARTINS, P.H. Artigo virtual: **Institutos, fundações, ONGs, OSCIPs e filantrópicas**. Disponível em: http://www.rits.org.br/legislação_teste/lg_tmes_marco2002.cfm>. Acesso em 11 dez. 2002.

MATTAR, F.N. **Pesquisa de Marketing: metodologia, planejamento.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. v.1.

MELLO, F. **Administração em organizações do terceiro setor.** Apostila do curso de pós-graduação: gestão estratégica de empresas. Florianópolis: FEPESE, 2001.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 13 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MITCHELL, Bruce. **Resource and environmental management.** London: Longman, 1997.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Industrialização e ecodesenvolvimento: contradições, possibilidades e limites em economia capitalista periférica, o Estado de Santa Catarina.** 1994. Dissertação de Mestrado – UFSC, Florianópolis, 1994.

NASCIMENTO, A. Zona de convergência na ação social no terceiro milênio. **Papel social,** Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, nº 57, dez/99 - jan./2000.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, Alexandre Moraes da. et.al. **Marco legal do terceiro setor.** Florianópolis: Tribunal de Justiça, 2003.

SERVA, Maurício. **O Estado e as ONGs: uma parceria complexa.** In: Conference on Socio-Economics – Society for the Advancement on Socio-Economics, 9; 1997, Montreal-Canadá, p. 1-14.

UNCED. Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992. Rio de Janeiro. Agenda 21. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 1996.

VALARELLI, Leandro. Uma noção ampliada da captação de recursos. **RITS.** 09/1999.

ANEXO A – Lei nº 9.790

Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 - D.O.U. de 24/03/99

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

Art. 1º - Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, aderidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º - A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º - Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

- I. as sociedades comerciais;
- II. os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- III. as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

- IV. as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- V. as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- VI. as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
- VII. as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
- VIII. as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- IX. as organizações sociais;
- X. as cooperativas;
- XI. as fundações públicas;
- XII. as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;
- XIII. as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o Art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º - A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I. promoção da assistência social;
- II. promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III. promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV. promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V. promoção da segurança alimentar e nutricional;

- VI. defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII. promoção do voluntariado;
- VIII. promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX. experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X. promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI. promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII. estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º - Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

- I. a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
- II. a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

- III. a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
 - IV. a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;
 - V. a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;
 - VI. a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;
 - VII. as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:
 - a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
 - b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
 - c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;
 - d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.
- Art. 5º - Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:
- I. estatuto registrado em cartório;

- II. ata de eleição de sua atual diretoria;
- III. balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- IV. declaração de isenção do imposto de renda;
- V. inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 6º - Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

§ 1º - No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º - Indeferido o pedido, o Ministério da Justiça, no prazo do § 1º, dará ciência da decisão, mediante publicação no Diário Oficial.

§ 3º - O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

- I. a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 2º desta Lei;
- II. a requerente não atender aos requisitos descritos nos arts. 3º e 4º desta Lei;
- III. a documentação apresentada estiver incompleta.

Art. 7º - Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório.

Art. 8º - Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

CAPITULO II

DO TERMO DE PARCERIA

Art. 9º - Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º - A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º - São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

- I. a do objeto, que conterà a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- II. a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;
- III. a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;
- IV. a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;
- V. a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;
- VI. a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11 - A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º - Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º - A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º - Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 12 - Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13 - Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º - O pedido de sequestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º - Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º - Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores sequestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14 - A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15. Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

CAPITULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16 - É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 17 - O Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Art. 18 - As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei.

§ 1º - Findo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.

§ 2º - Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO B – Modelo de Estatuto

Capítulo primeiro

Da denominação, da sede, duração e finalidade

Artigo 1º - Deverá conter o nome da instituição, seguido de sua sigla, endereço (incluindo rua, número e estado) e seu regime jurídico. Por exemplo: o (nome da entidade) a seguir denominado pela (sigla), é uma associação civil, de direito privado, de caráter sócio-ambientalista (e outros, se houver), sem fins lucrativos, de duração indeterminada, regida pelo presente Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicadas.

Artigo 2º - Deverá conter os principais objetivos e finalidades da entidade. Por exemplo: o (nome ou sigla) tem como objetivos principais: promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos; estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução dos presentes objetivos; promover projetos e ações que visem a preservação, bem como a recuperação de áreas degradadas no meio ambiente urbano e rural, bem como a proteção da identidade física, social e cultural de agrupamentos urbanos com recursos próprios ou advindos de convênios ou outras formas jurídicas possíveis; estimular a parceria, o diálogo local e solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades de atividades que visem interesses comuns.

Artigo 3º - O (nome ou sigla) é isento de quaisquer preconceitos ou discriminações relativas à cor, raça, credo religioso, classe social, concepção política - partidária ou filosófica, nacionalidade em suas atividades, dependências ou em seu quadro social.

Artigo 4º - O (nome ou sigla) não remunera os membros do Conselho Diretor e Fiscal, não distribuindo lucros ou dividendos a qualquer título ou sob nenhum pretexto, sendo que os excedentes de receita, eventualmente apurados, serão obrigatória e integralmente aplicados no desenvolvimento dos objetivos institucionais. Dependendo se a entidade é caracterizada como OSCIPS, esta poderá remunerar seus diretores.

Artigo 5º - O (nome ou sigla) poderá aceitar auxílios, contribuições ou doações (depois de examinados e aprovados pela diretoria), bem como firmar convênios (nacionais ou internacionais) com organismos ou entidades públicas ou privadas, contanto que não impliquem em sua subordinação a compromissos e interesses que conflitem com seus objetivos e finalidades ou arrisquem sua dependência.

Artigo 6º - Diz respeito ao patrimônio da entidade. Por exemplo: o material permanente, acervo técnico, bibliográfico, equipamentos adquiridos ou recebidos pelo (nome ou sigla) através de convênios, projetos ou similares, são bens permanentes da sociedade e inalienáveis, salvo autorização em contrário expressa pela Assembléia Geral de Sócios.

Capítulo Segundo

Da Constituição Social

Artigo 7º - A sociedade será formada de um número ilimitado de sócios, que se disponham a viver os fins sócio-ambientais e estatutários da sociedade, não respondendo pelas obrigações sociais do (nome ou sigla).

Artigo 8º - Deverá conter as categorias de sócios existentes, ou seja, o quadro social da entidade. Como por exemplo:

- a) Sócios fundadores: os que participaram da Assembleia Geral de Fundação da Associação e assinaram a Ata da Fundação, com direito a votar e ser votado em todos os níveis ou instâncias;
- b) Sócios efetivos: cidadãos dispostos a colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população; qualquer associado ou pessoa que não seja fundador do (nome ou sigla), aprovados pela Assembleia Geral dos Sócios. Possuem direito a votar e ser votado em todos os níveis ou instâncias da sociedade;
- c) Sócios beneméritos: pessoas físicas ou jurídicas que, pela elaboração ou prestação de relevantes serviços à causa Ambientalistas, fizeram jus à este título, a critério da Diretoria (e ratificados pela Assembleia Geral);
- d) Sócios colaboradores: pessoas físicas que, identificadas com os objetivos da entidade, solicitarem seu ingresso e pagarem as contribuições correspondentes, segundo critérios determinados pelo Conselho Diretor.

Artigo 9º - Deverá conter os direitos de todos os sócios fundadores e efetivos.

Por exemplo:

- a) fazer à Diretoria da Associação, por escrito, sugestões e propostas de interesse ecológico;

- b) solicitar ao presidente ou à Diretoria reconsideração da atos que julguem não estar de acordo com os estatutos;
- c) tomar parte dos debates e resoluções da Assembléia;
- d) apoiar, divulgar, propor e efetivar eventos, programas e propostas de cunho sócio-ambiental;
- e) ter acesso às atividades e dependências do (nome ou sigla);
- f) votar e ser votado para qualquer cargo eletivo, após um ano de filiação como sócio efetivo; convocar Assembléia Geral, mediante requerimento assinado por 1/3 dos sócios efetivos.

Artigo10 - Deverá conter os deveres de todos os associados, como por exemplo:

- a) prestigiar e defender a Associação, lutando pelo seu engrandecimento;
- b) trabalhar em prol dos objetivos da sociedade, respeitando os dispositivos estatutários, zelando pelo bom nome do (nome ou sigla) agindo com ética ecológica;
- c) não faltar às Assembléias Gerais;
- d) satisfazer pontualmente os compromissos que contraiu com a associação, inclusive mensalidades;
- e) participar de todas as atividades ecológicas e culturais, estreitando os laços de solidariedade e fraternidade entre todas as pessoas e nações;
- f) observar na sede da Associação ou onde a mesma se faça representar as normas de boa educação e disciplina.

Capítulo Terceiro

Da Organização Administrativa

Artigo 11 - Deverá conter os órgãos da administração do (nome ou sigla), que são:

- Assembleia Geral
- Conselho Diretor
- Secretaria Executiva
- Conselho Fiscal

Da Assembleia Geral dos Sócios

Artigo 12 - A Assembleia Geral é o órgão máximo da entidade, dela participando todos os sócios fundadores, e os sócios efetivos que estejam em pleno gozo de seus direitos, conforme previstos nos estatutos.

Artigo 13 - A Assembleia Geral de Sócios elegerá um Conselho Diretor e Fiscal, definindo suas funções, atribuições e responsabilidades através de Regimento Interno.

Artigo 14 - A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente, no final de cada ano para apreciar as contas da Diretoria, aprovação de novos sócios efetivos e a cada dois anos para eleger os Conselhos fiscal e diretor; e extraordinariamente, a qualquer período, convocada pelo Conselho Diretor, Fiscal ou por 1/3 dos sócios em pleno gozo de seus direitos, por motivos relevantes.

Artigo 15 - Deverá conter as atividades competentes à Assembleia Geral, como por exemplo:

- deliberar sobre o relatório de atividades, balanço e demais contas da sociedade, a serem apresentadas pelo Conselho Diretor;
- propor e aprovar a admissão de novos sócios efetivos;
- eleger o Conselho Diretor e Fiscal;
- autorizar a alienação ou instituição de ônus sobre os bens pertencentes ao (nome ou sigla);
- determinar e atualizar as linhas de ação da sociedade;
- estabelecer o montante da anuidade dos sócios.

Do Conselho Diretor

Artigo 16 - O Conselho Diretor é um órgão colegiado, com o mínimo de três membros, subordinado à Assembléia Geral de sócios, responsável pela representação social do (nome ou sigla), bem como possui a responsabilidade administrativa da sociedade, composto de sócios efetivos, com mandato de 02 anos, permitindo-se reeleição.

Artigo 17 - O Conselho Diretor nomeará uma Secretaria Executiva para responder pela gerência administrativa, legal e financeira da sociedade, em juízo ou fora dele.

Artigo 18 - Deverá conter as atividades competentes à Diretoria, como por exemplo:

- cumprir e fazer cumprir os presentes Estatutos e as resoluções da Assembléia;
- aprovar a criação ou extinção de programas e órgãos gestores;
- elaborar o orçamento anual (da receita e da despesa);
- definir seus cargos, funções, atribuições e responsabilidades mediante Regimento Interno próprio;
- nomear, contratar e destituir a qualquer tempo a Secretaria Executiva;

- elaborar programas de trabalho a serem desenvolvidos pelas diversas diretorias;
- emitir parecer sobre as operações de crédito, aquisição ou alteração de imóveis, ouvido o

Comitê Científico.

Da Secretaria Executiva

Artigo 19 - A Secretaria Executiva é o órgão de administração da entidade, composto por dois ou mais secretários, nomeados pelo Conselho Diretor e referendados pela Assembléia Geral. Os secretários podem ser, por exemplo:

- a) Secretário Executivo: representa a sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, podendo contratar e organizar o quadro administrativo, instituir programas, projetos, contratar serviços e terceiros, etc.;
- b) Secretário Institucional: coordena a execução das atividades institucionais, programas, atividades administrativas gerais do (nome ou sigla), substituindo o Secretário Executivo e o Administrativo em qualquer impedimento;
- c) Secretário Administrativo: coordena as atividades da sede social, do quadro de sócios e responde pela gerência administrativa e financeira da sociedade.

Artigo 20 - Deverá conter as atividades competentes à Secretaria Executiva, como por exemplo:

- formular e implementar a política de comunicação e informação da sociedade, de acordo com as diretrizes emanadas da Assembléia Geral;
- coordenar as atividades de captação de recursos da entidade;
- elaborar pareceres técnicos, em conjunto ou isoladamente, sobre projetos e atividades da entidade e de terceiros;
- elaborar a política geral de cargos e salários para aprovação pelo Conselho Diretor;

- aceitar doações e subvenções, desde que as mesmas não comprometam a autonomia e independência da entidade;
- elaborar o Regimento Interno para aprovação do Conselho Diretor;
- coordenar a elaboração de projetos.

Do Conselho Fiscal

Artigo 21 - O Conselho Fiscal, composto de três membros efetivos e dois suplentes, será eleito simultaneamente ao Conselho Diretor, na mesma Assembléia Geral Ordinária, com mandato de dois anos.

Artigo 22 - Deverá conter as atividades competentes ao Conselho Fiscal, como por exemplo:

- auxiliar o Conselho Diretor na Administração do (nome ou sigla);
- analisar e fiscalizar as ações do Conselho Diretor e a prestação de contas da Secretaria Executiva e demais atos administrativos e financeiros;
- convocar Assembléia Geral dos Sócios a qualquer tempo.

Capítulo Quarto

Das eleições

Artigo 23 - As eleições para a Diretorias ocorrerão a cada () anos, pela Assembléia Geral, podendo compor chapa todos os sócios efetivos, mas concorrendo apenas para uma única chapa, e podendo seus membros serem reeleitos por igual período.

Capítulo Quinto

Das Disposições gerais e transitórias

Artigo 24 - Por exemplo: Os bens patrimoniais do (nome ou sigla) não poderão ser onerados, permutados ou alienados sem a autorização da Assembléia Geral dos Sócios, convocada especialmente para esse fim.

Artigo 25 - Por exemplo: O Conselho Diretor deverá baixar regimentos especiais para a regulamentação deste Estatutos.

Artigo 26 - Por exemplo: Nenhuma categoria dos sócios responde, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações ou compromissos assumidos pelo (nome ou sigla).

Artigo 27 - Por exemplo: Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor, com recurso voluntário para a Assembléia Geral.

ANEXO C - Modelo de Ata de Assembléia de Fundação

(deve ser baseada no modelo de Estatuto apresentado)

Temos como exemplo:

Às () horas e () minutos do dia () do mês () de (data), à (local) conforma assinaturas constantes do livro de atas, foi oficialmente aberta a Assembléia Geral da (nome e sigla), com sede domicílio e foro na cidade de (), (sigla da UF), com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos (nome) e para secretariar (nome) e (nome). Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia. Iniciaram-se os debates sobre a proposta de estatuto que, depois de analisada e modificada, tendo sido aprovada por (). O Estatuto aprovado é o seguinte: (transcrever o estatuto inteiro ou um extrato contendo apenas os itens listados anteriormente: nome da entidade e sua sigla; sede e foro; finalidades e objetivos; se os sócios respondem pelas obrigações da sociedade; quem responde pela entidade; sócios; poderes; tempo de duração; como são modificados os estatutos; como é dissolvida a entidade; e em caso de dissolução, para onde vai o patrimônio). De acordo com o Estatuto Social, todos os presentes a esta Assembléia são considerados sócios fundadores e, portanto, membros natos da Assembléia Geral de Sócios. Passou-se ao próximo ponto de pauta, eleição do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal. Após o tempo necessário para inscrição de chapas e candidatos, foi iniciada a votação como determina o Estatuto. Foram eleitos para o Conselho Diretor, com mandato de (dia) de (mês) de (data) até (dia) de (mês) de (data), os Diretores (nome e função), e demais. A Secretaria Executiva ficou assim constituída: Secretário Executivo (nome) ou (nomes). O Conselho Fiscal eleito na mesma ocasião e pelo mesmo período de mandato, ficou assim constituído: (nome e função), presidente, (nome), (nome), (nome) e os suplentes (nome),

(nome), que foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos. Nada mais havendo para ser tratado o Presidente deu por encerrada a Assembléia, e eu, (nome) lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos, Diretores eleitos e demais presentes. Cidade, data, Assinatura e nome do Secretário da Mesa, do Presidente dos trabalhos, Conselheiros eleitos, demais presentes.

ANEXO D – Modelo de Solicitação de Registro

Deverá ser efetuado em papel timbrado. Por exemplo:

Ilmo Sr.

Oficial do Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Prezado Sr.,

Requero nos termos da Lei, que seja procedido o

Registro dos estatutos, livro de atas da (nome da entidade).

Nestes termos,

Peço deferimento.

Assinatura do Responsável

ANEXO E – Modelo de Requerimento

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça,

O (A) _____ (nome da entidade), fundada
ou instituída em _____ (data), sediada em _____ (cidade) e cadastrada
no CNPJ sob o nº _____, vem por meio deste, requerer a Vossa
Excelência a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
instituída pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100,
de 30 de junho de 1999, por se tratar de entidade dedicada à
_____ (indicar a finalidade da entidade), para a que apresenta a
documentação anexa.

(local e data)

Atenciosamente,

(Assinatura do atual Presidente, ou representante legal por meio de procuração)

ANEXO F – Modelo de Termo de Parceria- OSCIP

TERMO DE PARCERIA

(Art. 9º da Lei nº 9.790, de 23.3.99, e Art. 8º do Decreto nº 3.100, de 30.6.99)

TERMO DE PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A _____ (UNIÃO / ESTADO / MUNICÍPIO), ATRAVÉS DO _____ (ÓRGÃO/ENTIDADE ESTATAL), E A _____ (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO).

A(O) _____ (UNIÃO/ESTADO/MUNICÍPIO), representada(o) pelo _____ (ÓRGÃO/ENTIDADE ESTATAL), doravante denominado PARCEIRO PÚBLICO, com sede à _____ (endereço completo), neste ato representado por seu titular, _____, (brasileiro), (casado, solteiro ou viúvo), CPF nº _____, residente e domiciliado na _____ (cidade/estado) e a _____ (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO), doravante denominada OSCIP, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CGC/CNPJ nº _____, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme consta do processo MJ nº _____ e do Despacho da Secretaria Nacional de Justiça, de ____/____/____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/____, neste ato representada na forma de seu estatuto por _____, (brasileiro), (casado, solteiro ou viúvo), CPF nº _____, residente e domiciliado na _____ (cidade/estado) com fundamento no que dispõem a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e o Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, resolvem firmar o presente TERMO DE PARCERIA, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente TERMO DE PARCERIA tem por objeto _____ (descrição sucinta do objeto constante no Programa de Trabalho), que se realizará por meio do estabelecimento de vínculo de cooperação entre as partes.

Subcláusula Única - O Programa de Trabalho poderá ser ajustado de comum acordo entre as partes, por meio de:

- a) registro por simples apostila, dispensando-se a celebração de Termo Aditivo, quando se tratar de ajustes que não acarretem alteração dos valores definidos na Cláusula Quarta; e
- b) celebração de Termo Aditivo, quando se tratar de ajustes que impliquem alteração dos valores definidos na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PROGRAMA DE TRABALHO, DAS METAS, DOS INDICADORES DE DESEMPENHO E DA PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

O detalhamento dos objetivos, das metas, dos resultados a serem atingidos, do cronograma de execução, dos critérios de avaliação de desempenho, com os indicadores de resultados, e a previsão de receitas e despesas, na forma do inciso IV do § 2º do art. 10 da Lei nº 9.790/99, constam do Programa de Trabalho proposto pela OSCIP e aprovado pelo PARCEIRO PÚBLICO, sendo parte integrante deste TERMO DE PARCERIA, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste TERMO DE PARCERIA:

I - Da OSCIP

- a) executar, conforme aprovado pelo PARCEIRO PÚBLICO, o Programa de Trabalho, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;
- b) observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas do PARCEIRO PÚBLICO, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;
- c) responsabilizar-se integralmente pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário e se encontrar em efetivo exercício nas atividades inerentes à execução deste TERMO DE PARCERIA, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, observando-se o disposto no art. 4º, inciso VI, da Lei 9.790, de 23 de março de 1999;
- d) promover, até 28 de fevereiro de cada ano, a publicação integral na imprensa oficial (União/Estado/Município) de extrato de relatório de execução física e financeira do TERMO DE PARCERIA, de acordo com o modelo constante do Anexo II do Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999;
- e) publicar, no prazo máximo de trinta dias, contados da assinatura deste TERMO DE PARCERIA, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para promover a aquisição ou contratação de quaisquer bens, obras e serviços, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
- f) indicar pelo menos um responsável pela boa administração e aplicação dos recursos recebidos, cujo nome constará do extrato deste TERMO DE PARCERIA a ser publicado pelo PARCEIRO PÚBLICO, conforme modelo apresentado no Anexo I do Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999; e
- g) movimentar os recursos financeiros, objeto deste TERMO DE PARCERIA, em conta bancária específica indicada pelo PARCEIRO PÚBLICO.

II - Do PARCEIRO PÚBLICO

- a) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução deste TERMO DE PARCERIA, de acordo com o Programa de Trabalho aprovado;
- b) indicar à OSCIP o banco para que seja aberta conta bancária específica para movimentação dos recursos financeiros necessários à execução deste TERMO DE PARCERIA;
- c) repassar os recursos financeiros à OSCIP nos termos estabelecidos na Cláusula Quarta.
- d) publicar no Diário Oficial (União/Estado/Município) extrato deste TERMO DE PARCERIA e de seus aditivos e apostilamentos, no prazo máximo de quinze dias após sua assinatura, conforme modelo do Anexo I do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999;
- e) criar Comissão de Avaliação para este TERMO DE PARCERIA, composta por dois representantes do PARCEIRO PÚBLICO, um da OSCIP e um do Conselho de Política Pública (quando houver o Conselho de Política Pública);
- f) prestar o apoio necessário à OSCIP para que seja alcançado o objeto deste TERMO DE PARCERIA em toda sua extensão;
- g) fornecer ao Conselho de Política Pública (quando houver) da área correspondente à atividade ora fomentada, todos os elementos indispensáveis ao cumprimento de suas obrigações em relação à este TERMO DE PARCERIA, nos termos do art. 17 do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para o cumprimento das metas estabelecidas neste TERMO DE PARCERIA:

I - O PARCEIRO PÚBLICO estimou o valor global de R\$ (_____), a ser repassado à OSCIP de acordo com o cronograma de desembolso abaixo.

Exemplo:

VALOR DATA CONDIÇÕES

1ª Parcela Na assinatura do Termo de Parceria

2ª Parcela

3ª Parcela - Desde que as metas da 1ª parcela tenham sido alcançadas, conforme Subcláusula Sexta.

II - A OSCIP contribuirá com R\$ (_____) (caso haja aporte de recursos financeiros por parte da OSCIP) de acordo com o cronograma abaixo.

Exemplo:

VALOR DATA CONDIÇÕES

Subcláusula Primeira - O PARCEIRO PÚBLICO, no processo de acompanhamento e supervisão deste TERMO DE PARCERIA, poderá recomendar a alteração de valores, que implicará a revisão das metas pactuadas, ou recomendar revisão das metas, o que implicará a alteração do valor global pactuado, tendo como base o custo relativo, desde que devidamente justificada e aceita pelos PARCEIROS, de comum acordo, devendo, nestes casos, serem celebrados Termos Aditivos.

Subcláusula Segunda - Os recursos repassados pelo PARCEIRO PÚBLICO à OSCIP, enquanto não utilizados, deverão sempre que possível ser aplicados no mercado financeiro, devendo os resultados dessa aplicação serem revertidos exclusivamente à execução do objeto deste TERMO DE PARCERIA.

Subcláusula Terceira - Havendo atrasos nos desembolsos previstos no cronograma estabelecido no caput desta Cláusula, a OSCIP poderá realizar adiantamentos com recursos próprios à conta bancária indicada pelo PARCEIRO PÚBLICO, tendo reconhecidas as despesas efetivadas, desde que em montante igual ou inferior aos valores ainda não desembolsados e estejam previstas no Programa de Trabalho.

Subcláusula Quarta - Na hipótese de formalização de Termo Aditivo, as despesas previstas e realizadas no período compreendido entre a data original de encerramento deste TERMO DE PARCERIA e a formalização da nova data de início serão consideradas legítimas, desde que cobertas pelo respectivo empenho.

Subcláusula Quinta - As despesas ocorrerão à conta do orçamento vigente, _____ (identificar a classificação programática e econômica da despesa, número e data da nota de empenho). As despesas relativas a exercícios futuros correrão à conta dos respectivos orçamentos, devendo os créditos e empenhos serem indicados por meio de:

- a) registro por simples apostila, dispensando-se a celebração de Termo Aditivo, quando se tratar apenas da indicação da dotação orçamentária para o novo exercício, mantida a programação anteriormente aprovada; e
- b) celebração de Termo Aditivo, quando houver alteração dos valores globais definidos no caput desta Cláusula.

Subcláusula Sexta - A liberação de recursos a partir da terceira parcela, inclusive, ficará condicionada à comprovação das metas para o período correspondente à parcela imediatamente anterior a última liberação, mediante apresentação dos documentos constantes dos incisos I e IV do art. 12 do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSCIP elaborará e apresentará ao PARCEIRO PÚBLICO prestação de contas do adimplemento do seu objeto e de todos os recursos e bens de origem pública recebidos mediante este TERMO DE PARCERIA, até sessenta dias após o término deste (na hipótese do Termo de Parceria ser inferior ao ano fiscal) ou até 28 de fevereiro do exercício subsequente (na hipótese do Termo de Parceria ser maior que um ano fiscal) e a qualquer tempo por solicitação do PARCEIRO PÚBLICO.

Subcláusula Primeira - A OSCIP deverá entregar ao PARCEIRO PÚBLICO a Prestação de Contas instruída com os seguintes documentos:

- I - relatório sobre a execução do objeto do TERMO DE PARCERIA, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;
- II - demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução do objeto, oriundos dos recursos recebidos do PARCEIRO PÚBLICO, bem como, se for o caso, demonstrativo de igual teor dos recursos originados da própria OSCIP e referentes ao objeto deste TERMO DE PARCERIA, assinados pelo contabilista e pelo responsável da OSCIP indicado na Cláusula Terceira;
- III - extrato da execução física e financeira publicado na imprensa oficial (União/Estado/Município), de acordo com modelo constante do Anexo II do Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999;
- IV - parecer e relatório de auditoria independente sobre a aplicação dos recursos objeto deste TERMO DE PARCERIA (apenas para os casos em que o montante de recursos for maior ou igual a R\$ 600.000,00 - seiscentos mil reais).

Subcláusula Segunda - Os originais dos documentos comprobatórios das receitas e despesas constantes dos demonstrativos de que trata o inciso II da Subcláusula anterior deverão ser arquivados na sede da OSCIP por, no mínimo, cinco anos, separando-se os de origem pública daqueles da própria OSCIP.

Subcláusula Terceira - Os responsáveis pela fiscalização deste TERMO DE PARCERIA, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização dos recursos ou bens de origem pública pela OSCIP, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária, consoante o art. 12 da Lei 9.790, de 23 de março de 1999.

CLÁUSULA SEXTA - DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados atingidos com a execução do TERMO DE PARCERIA devem ser analisados pela Comissão de Avaliação citada na Cláusula Terceira.

Subcláusula Única - A Comissão de Avaliação emitirá relatório conclusivo sobre os resultados atingidos, de acordo com o Programa de Trabalho, com base nos indicadores de desempenho citados na Cláusula Segunda, e o encaminhará ao PARCEIRO PÚBLICO, até ____ dias após o término deste TERMO DE PARCERIA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente TERMO DE PARCERIA vigorará por ____ / ____ (meses/anos) a partir da data de sua assinatura.

Subcláusula Primeira - Findo o TERMO DE PARCERIA e havendo adimplemento do objeto e excedentes financeiros disponíveis junto a OSCIP, o PARCEIRO PÚBLICO poderá, com base na indicação da Comissão de Avaliação, citada na Cláusula Sexta, e na apresentação de Programa de Trabalho suplementar, prorrogar este TERMO DE PARCERIA, mediante registro por simples apostila ou requerer a devolução do saldo financeiro disponível.

Subcláusula Segunda - Findo o TERMO DE PARCERIA e havendo inadimplemento do objeto e restando desembolsos financeiros a serem repassados pelo PARCEIRO PÚBLICO à OSCIP, este TERMO DE PARCERIA poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por indicação da Comissão de Avaliação citada na cláusula Sexta, para cumprimento das metas estabelecidas.

Subcláusula Terceira - Havendo inadimplemento do objeto com ou sem excedentes financeiros junto à OSCIP, o PARCEIRO PÚBLICO poderá, desde que não haja alocação de recursos públicos adicionais, prorrogar este TERMO DE PARCERIA, mediante Termo Aditivo, por indicação da Comissão de Avaliação citada na cláusula Sexta, ou requerer a devolução dos recursos transferidos e/ou outra medida que julgar cabível.

Subcláusula Quarta - Nas situações previstas nas Subcláusulas anteriores, a Comissão de Avaliação deverá se pronunciar até trinta dias após o término deste TERMO DE PARCERIA, caso contrário, o PARCEIRO PÚBLICO deverá decidir sobre a sua prorrogação ou não.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente TERMO DE PARCERIA poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou administrativamente, independente das demais medidas cabíveis, nas seguintes situações:

I - se houver descumprimento, ainda que parcial, das Cláusulas deste TERMO DE PARCERIA; e

II - unilateralmente pelo PARCEIRO PÚBLICO se, durante a vigência deste TERMO DE PARCERIA, a OSCIP perder, por qualquer razão, a qualificação como "Organização da Sociedade Civil de Interesse Público".

CLÁUSULA NONA - DA MODIFICAÇÃO

Este TERMO DE PARCERIA poderá ser modificado em qualquer de suas Cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por simples apostila ou Termo Aditivo, de comum acordo entre os PARCEIROS, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por uma das partes, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de _____ para dirimir qualquer dúvida ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente TERMO DE PARCERIA em 3 (três) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

(Cidade), (dia) de (mês) de (ano).

PARCEIRO PÚBLICO OSCIP

TESTEMUNHAS:

NOME:
ENDEREÇO:
CPF N°

NOME:
ENDEREÇO;
CPF N°

ANEXO G – Modelo de Projeto

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
PROGRAMA NACIONAL DE DST/AIDS**

**FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE
PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE
TRABALHAM NA ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS E
ADOLESCENTES VIVENDO COM HIV/AIDS**

DADOS INSTITUCIONAIS

NOME DA INSTITUIÇÃO

REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA (CNPJ)

_____/_____/_____, validade ____/____/____.

ENDEREÇO**Rua/Av.**

Cidade

Estado

CEP

CONTATOS

e-mail

telephone

Fax

Home page

RELAÇÃO DOS APOIOS FINANCEIROS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Relacionar nomes das instituições que apoiam financeiramente ou de outras formas de captação de recursos a entidade – podem-se acrescentar mais linhas, se necessário.

Fonte (citar razão social)	Valores de Financiamento obtidos em R\$		Total em R\$
	2003	2004	
Total Geral			

Apresentar os apoios obtidos (doações, passagens, equipamentos, inscrições em eventos, etc) , identificando a fonte, por meio da razão social no período de 2003 e 2004).

Parceiros apoiadores (citar razão social)	Tipo de apoio em espécie (sem valores)

Apresentar os projetos em vigência que possuem por meio do PN DST/HIV/aids/SVS/MS Detalhando número do termo de cooperação , nome do Projeto, área de atuação e população alvo

MEMORIAL DA ORGANIZACAO PROPONENTE

Descrição do Histórico da Organização que aponte a sua trajetória no campo para o qual está propondo sua atuação e a maneira pela qual desenvolveu competência neste campo.

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO PROPONENTE

RESPONSÁVEL (aquele a quem o Estatuto da instituição confere poderes para representá-la judicial e extrajudicialmente):

NOME COMPLETO

CPF E RG DO RESPONSÁVEL

CPF

ENDEREÇO

Rua/Av.

Cidade

Estado

CEP

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Cargo

Eleição/nomeação realizada em

Mandato

CONTATOS

e-mail

telefone

Fax

Celular

DADOS DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO

COORDENADOR DO PROJETO

NOME COMPLETO

CONTATOS

e-mail

telefone

Celular

Fax

ESCRICÃO DO PROJETO

JUSTIFICATIVA Descreva de modo sucinto o (a) problema que o projeto se propõe a solucionar ou minorar; (b) relevância do projeto em relação ao problema identificado; (c) as características da sua população (especificidades demográficas, sociais, econômicas e culturais), incluindo a situação epidemiológica das DST/Aids, (d) os produtos que se pretende realizar e em que medida o projeto usará impacto no problema descrito.

A large, empty rounded rectangular box with a thin black border, intended for the user to write the justification text.

OBJETIVO GERAL DO PROJETO

descrever os benefícios de ordem geral que as ações do projeto deverão propiciar à população a ser atingida.

METODOLOGIA A SER EMPREGADA

descreva a maneira pela qual as atividades serão realizadas incluindo as principais técnicas e os instrumentos a serem empregados. É preciso descrever com precisão de que maneira o projeto será desenvolvido, ou seja, como fazer.

INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS
Identifique os equipamentos ou instâncias do SUS que este projeto pretende envolver.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA – identifique geograficamente os locais de atuação do projeto apresentando os nomes dos municípios, estado, região no Brasil ou país, se for o caso.

DADOS ORÇAMENTÁRIOS DO PROJETO

REPASSE SOLICITADO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE

R\$

CONTRAPARTIDA E/OU CO-FINANCIAMENTO (item não obrigatório)

R\$

TOTAL (REPASSE + CONTRAPARTIDA E/OU CO-FINANCIAMENTO)

R\$

RESULTADO FINAL ESPERADO

Meta (cada meta pode necessitar de uma ou mais ações) ¹	Ações Estratégicas	Meios de Verificação do alcance da meta	Período de execução (Mês/ano)

¹ Ler o roteiro para conhecer as definições de cada item da tabela.

Pode-se acrescentar mais linhas a esta tabela se houver necessidade.

Descrição sumária da Ação Estratégica apresentada na tabela anterior²	Insumos Necessários (não é necessário descrever a memória de cálculo)	Repasse Solicitado ao MS	Contrapartida e/ou co-financiamento (item não obrigatório)	Total

² Ler o roteiro para conhecer as definições de cada item da tabela.